



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas - FATECS

LUIZA NOVETTI VELLOSO

ELEMENTOS DO JORNALISMO LITERÁRIO PRESENTES NA REVISTA PIAUÍ

Brasília

2013

LUIZA NOVETTI VELLOSO

ELEMENTOS DO JORNALISMO LITERÁRIO PRESENTES NA REVISTA PIAUÍ

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Comunicação Social pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Me. Úrsula Diesel.

Brasília

2013

LUIZA NOVETTI VELLOSO

ELEMENTOS DO JORNALISMO LITERÁRIO PRESENTES NA REVISTA PIAUÍ

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Comunicação Social pela Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof. Me. Úrsula Diesel.

BRASÍLIA, 12 DE JUNHO DE 2013.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Úrsula Diesel, Me.
Orientadora

Prof. Luiz Cláudio Ferreira
Examinador

Prof. Vivaldo de Sousa
Examinador

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o atual cenário jornalístico através das novas formas de escrita, sendo uma delas, a que será abordada mais profundamente neste trabalho, o Jornalismo Literário. Este movimento, que prioriza a informação de forma abrangente e procura incentivar o leitor a adquirir sua própria opinião sobre os mais variados assuntos vem ganhando adeptos. Neste trabalho, é analisada uma matéria de uma das revistas mais conhecidas no cenário brasileiro que opta pelo gênero literário, a revista piauí, em comparação com uma reportagem da revista de maior circulação nacional, a VEJA. Para a análise, foram usadas os conceitos de Novo Jornalismo Novo e a Estrela de Sete Pontas, ambos retirados do livro “Jornalismo Literário”, de Felipe Pena. Procura-se com este trabalho o reconhecimento de que o jornalismo não precisa ser um trabalho mecânico, como tem se tornado com o passar dos anos e ressaltar a importância do jornalismo como forma de difundir informações e conhecimento.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornalismo Literário. Novo Jornalismo Novo. piauí. VEJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 NOÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO JORNALISMO	7
1.1 Surgimento da Imprensa no Brasil	8
1.2 O jornalista e o fazer jornalístico	10
2 O JORNALISMO LITERÁRIO	14
2.1 O Novo Jornalismo Novo	15
2.2 A Estrela de Sete Pontas	17
2.3 Jornalismo Literário na atualidade	19
3 ANÁLISE	21
3.1 Revista	21
3.1.1 Editora Abril	21
3.1.2 Revista Veja	22
3.2 Editora Alvinegra	23
3.2.1 Revista piauí	23
3.3 O caso Belo Monte	23
3.4 Forma e objeto de análise	24
3.5 Descrição Física	25
3.5.1 Revista piauí	25
3.5.2 Revista Veja	26
3.6 Análise	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

O jornalismo tornou-se, como o passar dos anos, uma atividade metódica e mecânica para quem o produz de maneira tradicional. As empresas de comunicação, que visam o lucro, procuram cada vez mais espaços para publicidades e propagandas em suas páginas e grades de transmissão, deixando o espaço para a informação cada vez mais restrito.

Além disso, as regras para conservar o público e os leitores levaram os jornalistas a recorrer a técnicas que transformam sua atividade diária em monotonia. O *lead* é quase ‘sempre o mesmo, o título, nada criativo.

Alguns jornalistas, preocupados com a mecanização do fazer jornalístico optaram por uma forma mais literária de contar a informação. O Jornalismo Literário opta pela informação de forma abrangente, preza pela abundância de espaço e dados mais detalhados.

Para os leitores e consumidores de notícias que procuram este tipo de visão, vários jornais e revistas no mundo optam por este movimento. No Brasil, uma das mais conhecidas e conceituadas publicações que utiliza o Jornalismo Literário é a revista piauí.

Comercializada com o formato maior que o convencional, a publicação opta por pautas diferenciadas e diferentes ângulos de abordagem.

Este trabalho acadêmico tem como objetivo estudar e aprofundar os conhecimentos sobre Jornalismo Literário, além de avaliar a aplicação desta forma de escrever em uma das mais conhecidas publicações brasileiras deste gênero.

Para tanto, fez-se necessário às noções sobre história do jornalismo e jornalismo presentes no primeiro capítulo, o estudo mais aprofundado sobre Jornalismo Literário, contida no segundo capítulo e a análise da aplicação do conceito da “Estrela de Sete Pontas”, desenvolvida por Felipe Pena em seu livro Jornalismo Literário (2006) em uma publicação da revista Piauí, no terceiro capítulo.

Para salientar as diferenças existentes entre o jornalismo “comum”, feito diariamente e o jornalismo literário, este trabalho traz uma comparação entre duas matérias em seu capítulo

de análise. Nele, faz-se a comparação de duas reportagens que tratam sobre o mesmo assunto, a construção da usina de Belo Monte, no Pará.

Uma das matérias utiliza o jornalismo literário e foi retirada do exemplar de fevereiro de 2013 da revista piauí. A outra, publicada pela revista VEJA, em uma das quatro edições de dezembro, do ano de 2011.

Espera-se com a elaboração deste trabalho retratar as diferenças entre as duas formas de construção de matérias e reafirmar a importância do trabalho jornalístico através de reportagens abrangentes e ricas em conteúdo, visando não só o entretenimento do leitor, mas também para que este comece a saber sobre o tema e desta forma podendo opinar e criar um senso crítico sobre o assunto.

1 NOÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO JORNALISMO

Segundo o site Jornalonline.net, o primeiro jornal, que se tem historiado, foi o *Acta Diurna Populi Romani*¹, que surgiu por volta de 69 A.C. como um desejo de Júlio César, de informar a população sobre fatos sociais e políticos ocorridos no império. As notícias eram colocadas em grandes placas brancas e expostas em locais de grande acesso do público. Outros jornais eram escritos, à mão, na China, por volta do século VIII.

Mas os jornais impressos começaram a ficar mais populares após a revolução da prensa gráfica, que começou com a invenção de Johann Gutenberg de Mainz, em 1450, com a criação de uma prensa gráfica que utilizava tipos móveis de metal para fazer as impressões. Após sua criação, a impressão gráfica se instalou em toda a Europa. Em 1500, 250 lugares do continente já contavam com máquinas de impressão. (BRIGGS; BURKE, 2004)

Antes da invenção de Gutenberg, que facilitou muito o processo de impressão, os chineses e japoneses já utilizavam um tipo de impressão: a impressão em bloco. “[...] usava-se um bloco de madeira entalhada para imprimir uma única página de um texto específico.” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 26)

Nesta época, apesar da popularidade da criação de Gutenberg, o desenvolvimento da imprensa foi lento, de acordo com Nelson Werneck Sodré, em seu livro “História da Imprensa no Brasil”. Isso porque fortes nomes do capitalismo eram contra essa expansão e ao princípio da liberdade de imprensa. Nesta época, o capitalismo em ascensão lutava para que a imprensa fosse entregue à iniciativa privada.

Nos países em que essa ascensão operava-se agora muito mais no plano político, pois estava já consolidada no plano econômico, a liberdade de imprensa encontrava barreiras nos remanescentes feudais, aderidos mantidos, por vezes, pela própria burguesia, como escudos contra o avanço, embora ainda lento, do proletariado e do campesinato – a Inglaterra e a França particularmente – o problema permanece longo no palco. (SODRÉ, 1966, p.2)

Os Estados Unidos, que não sofreu com um passado feudal, teve a solução rápida do problema com a liberdade de imprensa, que surgiu praticamente com a sua independência, em julho de 1776. Enquanto Inglaterra e França só a conquistaram em 1855 e 1881,

¹ *Acta Diurna Populi Romani*, ou seja, “Relatos diários ao povo de Roma”.

respectivamente. (SODRÉ, 1966) A partir daí, a luta da imprensa foi sempre pela celeridade das notícias, menor custo de produção e maior alcance de público.

1.1 Surgimento da Imprensa no Brasil

Durante o período colonial, não existiam no Brasil nem universidades nem imprensa, já que as comunidades que viviam aqui naquela época eram primitivas.

No século XVII, os holandeses dominavam a parte mais rica da colônia e introduziram nela alguns elementos característicos da atividade burguesa, mas não a imprensa. “Apesar de lhe terem dado singular desenvolvimento, na área metropolitana, na proporção do avanço da burguesia, não se empenharam em trazer ao seu novo domínio americano a arte tipográfica.” (SODRÉ, 1966, p. 19) Segundo o autor, a etapa econômica e social atravessada pelo Brasil não gerava a exigência e o interesse necessários para a instalação da imprensa.

Somente em 1706, foi instalada em Recife a primeira tipografia brasileira, que tinha como intuito a impressão de letras de câmbio e orações devotas. Mas a tipografia foi fechada, a mando da Carta Régia de 8 de junho do mesmo ano. Nela ficou determinado o fechamento para que a impressão de livros e papéis avulsos não chegasse a acontecer.

Em 1746, outra tipografia é criada no Rio de Janeiro. Esta foi montada por Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor de Lisboa, que trouxe consigo o material tipográfico com o qual abriu a referida tipografia. Durante suas atividades, a tipografia imprimiu trabalhos, “entre os quais de destaca a Relação da Entrada do bispo Antônio do Destêrro, redigida por Luís Antônio Rosado da Cunha, com dezessete páginas de texto.” (SODRÉ, 1966, p. 20) Mas outro decreto, este vindo de Portugal, mandou liquidar a oficina, “para não propagar ideias que podiam ser contrárias ao interesse do Estado.” (AZEVEDO, 1881 apud Nelson Werneck Sodré, 1966, p. 20) Segundo Moreira de Azevedo (1881 apud Nelson Werneck Sodré, 1966, p. 21) não era conveniente para Portugal que o Brasil se civilizasse. Desta forma, com a colônia ainda na ignorância, ficariam atados ao seu domínio.

A experiência brasileira em relação aos papéis impressos só surgiu a partir de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e com a instalação da tipografia da Imprensa Régia. (MARTINS;LUCA, 2008)

Desta forma, a imprensa começou verdadeiramente no Brasil por iniciativa oficial. O futuro Conde da Barca, Antônio de Araújo, durante a corte de D. João, mandou locar no porão da Medusa² todo o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, que foram entregues e montados em sua casa.

Em 31 de maio de 1808, Antônio de Araújo declarou, em ato real, que a oficina de impressão funcionaria apenas para a impressão de toda a legislação e papéis diplomáticos, pertencendo, exclusivamente, ao governo e administração e à Secretaria de Estrangeiros e de Guerra.

Dessa oficina saiu o primeiro exemplar da Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1808. Nesta impressão, feita em papel pobre, foram impressos nas quatro páginas, em sua maioria, notícias, da Europa. Este jornal oficial era pouco atrativo para o público. (SODRÉ, 1966)

Com o passar dos tempos, jornais começaram a ser impressos no exterior e entravam clandestinamente no Brasil, é o caso do Correio Braziliense. Nestes casos, as publicações tentavam driblar a censura brasileira e mesmo sendo impressos em outros países mantinham “estreita ligação com as condições internas em que se procuravam também influir; a impressão no exterior era circunstância.” (SODRÉ, 1966, p. 24)

Depois disso, outros jornais e gazetas começaram a ser produzidos no Brasil, gradativamente. “Com o transcorrer da Primeira República³ a imprensa no Brasil começou a se diversificar e conhecer múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia -, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa.” (MARTINS;LUCA, 2008, p. 83)

² Uma das caravelas vindas de Portugal.

³ Período que se estende de 1889 a 1930.

Ou seja, a partir de 1889 a imprensa deixa de ser estritamente dominada pelos políticos e começa a ser um meio de comunicação de massa. Desta forma, começa a se tornar empresas que geram empregos, renda e principalmente, visam o lucro.

Assim, as notícias começam a ser transmitidas de acordo com os interesses comerciais de cada publicação como empresa. É sobre isso que a Teoria Organizacional do jornalismo trata. Felipe Pena, em seu livro “Teoria do Jornalismo”, explica sobre a Teoria Organizacional.

Na teoria organizacional, o trabalho jornalístico é dependente dos meios utilizados pela organização. E o fator econômico é exatamente o mais influente de seus condicionantes. [...] O jornalismo é um negócio. E, como tal, busca o lucro. Por isso, a organização está fundamentalmente voltada para o balanço contábil. (PENA, 2005, p. 135)

Desta forma é possível perceber que a imprensa e o jornalismo mudaram muito no transcorrer dos anos. Em seus primórdios no Brasil, a imprensa era utilizada exclusivamente pela realeza como forma de difundir seus atos e decisões. Hoje, a ligação da imprensa com o jornalismo é complicada. As empresas e suas ligações com partidos políticos influenciam no quê, como e quando as matérias são veiculadas nesses veículos de informação.

1.2 O jornalista e o fazer jornalístico

As organizações de imprensa são compostas por muitos funcionários. Mas, em sua maioria, são os jornalistas que fazem a instituição ter o que publicar.

São considerados jornalistas “todos os trabalhadores em tempo integral e parcial dos meios de comunicação que participam da reunião, do processamento, da revisão e do comentário das notícias e/ou entretenimentos.” (KUNCZIK, 2001, p. 16)

Ou seja, jornalistas não são apenas aquelas pessoas que escrevem ou gravam as matérias. São todos os profissionais que estão envolvidos no processo de fabricação das matérias. “Por isso, jornalismo é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento.” (KOSZUK;PRUYS, 1976 apud Michael Kunczik, 2001, p. 16)

O jornalista, portanto, tem uma grande responsabilidade em suas mãos. Pois na grande parte das vezes, são os jornais que determinam sobre o que as pessoas vão conversar, quais serão os assuntos que mais serão comentados. “A sua influência e responsabilidade são enormes, pois o impacto que exerce sobre a opinião pública constitui uma das mais fortes das forças motivadoras da nossa sociedade” (HOHENBERG, 1960, p. 25)

O jornalista é o “Gatekeeper”⁴, ou seja, ele quem resolve quais assuntos serão ou não pauta do dia. “O conceito refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia.” (PENA, 2005, p. 133) Através desta escolha de assuntos, os leitores “tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas.” (PENA, 2005, p. 142) Este conceito é trazido pela Teoria do Agendamento, que diz que a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos. (PENA, 2005)

Por isso, é muito difícil exercer a profissão do jornalismo. Tem-se que tomar cuidado com o que é dito, já que se influencia nações, e tomar o cuidado de sempre informar e não opinar sobre o assunto em pauta, como afirma Hohenberg (1960, p.31).

[...] o que tinha e tem valor é a ideia básica de honestidade ao se publicar uma notícia – o esforço no sentido de ser menos tendencioso possível, de apresentar matéria imparcial nas colunas do noticiário, deixando a persuasão a cargo dos editorialistas. Isso constitui o preceito realista de objetividade jornalística.

Uma das primeiras coisas que se aprende na faculdade de jornalismo é isso: a objetividade. Jornalista transmite a notícia, não é a notícia. Sua opinião é importante para amigos e familiares, não para os leitores que tem que ter suas próprias opiniões sobre o assunto que está sendo retratado.

Schneider [...], na qualidade de jornalista, definiu a notícia objetiva como aquela que: 1. Distingue entre opinião e notícia; 2. Fica com os fatos, os quais; 3. Não muda, não suprime e não publica “de favor”; 4. Cada notícia deverá conter um mínimo de equilíbrio. (SCHNEIDER, 1984 apud Michael Kunczik, 2001, p. 231)

Outra lição importante para a profissão foi bem descrita por Manuel Piedrahita: “[...] a notícia é um produto mais efêmero do que nunca. A poucos momentos de ter acontecido, não

⁴ Gatekeeper – “Guardador do Portão”. Neste caso, refere-se ao jornalista que avalia se o conteúdo da pauta será elaborado para publicação ou não.

vale nada. Já não é velho o jornal do dia anterior, mas sim o do mesmo dia ou de meia hora atrás.” (1993, p. 30)

Mas o que é notícia? “[...] relato de uma ideia, acontecimento ou problema de atualidade que interessa ao público.” (PIEDRAHITA, 1993, p. 30)

Aprende-se também como construir a notícia. O famoso *lead*, primeiros parágrafos de cada reportagem, deve responder às perguntas tradicionais; quem, o quê, quando, onde, porque e como.

A notícia, para ser bem escrita e melhor aceita pelo público, deve seguir algumas regras. São elas: proximidade, a notícia tem que estar perto do leitor para gerar interesse; importância, falar de gente importante, isso atrai o leitor; polêmica, é sempre atraente para o consumidor da notícia; surpresa, o surpreendente, inesperado, sempre é motivo de leitura; emoção, as notícias devem emocionar o leitor; repercussão, a notícia deve ter repercussão para o leitor e agressividade. (PIEDRAHITA, 1993).

Uma das partes mais importantes da notícia é o título. É através dele que o leitor vai se interessar, ou não, pelo conteúdo da matéria. “O título deve informar e atrair. É ele que vende a notícia. É como um *superlead*.” (PIEDRAHITA, 1993, p. 34)

Para que o título seja mais atrativo ao leitor, é importante que esteja no presente e contenha verbos. É importante fazê-los curtos e sem duplo sentido e ambiguidade, para que o leitor não o entenda errado nem o ache enfadonho.

Além destes itens, o jornalista tem que se preocupar com muitas outras coisas ao escrever uma matéria. É importante citar uma fonte oficial, ou seja, no caso de um incêndio, ouvir os bombeiros. Achar um personagem, quem estava lá na hora do incêndio e pode falar o que aconteceu de verdade.

Outra preocupação é o espaço para a matéria que, geralmente, é pequeno, muitas vezes de apenas 40, 45 linhas. O jornalista tem que se desdobrar para fazer todas as informações colhidas, ou pelo menos a maioria mais importante dela, caber no espaço reservado. Além disso, muitas vezes, a matéria nem é publicada ou vai ao ar, já que algum outro acontecimento importante requereu espaço não programado.

Vale lembrar que o jornalismo é importante não só para informar as pessoas, mas para torná-las também mais críticas e por criticar pela população.

Mesmo no país mais fraco e instável, os meios de comunicação de massa ainda conservam algo de função mais básica: a de servir como inspetor geral de todo o sistema político a fim de poder proporcionar a crítica pública necessária para garantir algum grau de integridade política por parte daqueles que detêm o poder. (PYE, 1967 apud Michael Kunczik, 2001, p. 73)

2 O JORNALISMO LITERÁRIO

Literatura e jornalismo sempre caminharam juntos. Mas, no século XIX, em meados de 1830, a influência da literatura no jornalismo ficou mais clara. O folhetim, gênero literário criado para agrupar as duas atividades, reuniu jornalismo e literatura criando uma nova lógica capitalista. “Publicar narrativas literárias em jornais proporcionava um significativo aumento nas vendas e possibilitava uma diminuição nos preços, o que aumentava o número de leitores e assim por diante”, explicou Felipe Pena (2006, p.29).

Com o novo gênero, os autores começaram a divulgar seus romances em folhetins periódicos, conseguindo fazer com que suas histórias chegassem, de alguma forma, a todos os níveis sociais. Na época, os filhos de aristocratas liam as histórias impressas nos folhetins para os serviçais analfabetos. Foi o que disse Arnold Hauser, no livro *História Social da Literatura* (apud Felipe Pena, 2006, p. 32):

O romance de folhetim significou uma democratização sem precedentes da Literatura e um nivelamento quase absoluto do público leitor. Nunca uma arte foi tão unanimemente reconhecida por tão diferentes estratos sociais e culturais, e recebida com sentimentos tão similares.

Por meio dos folhetins, muitos escritores acabaram se enveredando para o lado da imprensa. Eles se tornaram editores, repórteres e cronistas, o que possibilitou, ainda mais, a união das duas atividades. Mas, a partir da virada do século XIX para o século XX, o número de escritores nos jornais diminuiu drasticamente. As belas narrativas foram substituídas pela objetividade e concisão (PENA, 2006).

A partir deste momento, a literatura é tratada pelo jornalismo pelo seu valor notícia. No caso, o da novidade. Quando alguém inusitado (artista, cantor, políticos) escrevia um livro, era uma novidade a ser publicada. Os lançamentos, Best-sellers que se encaixavam na lógica jornalística, tinham espaço de divulgação na mídia.

Manifestos começaram a acontecer novamente em 1960, quando muitos profissionais da imprensa dos Estados Unidos da América ficaram insatisfeitos com a forma engessada de fazer jornalismo, criando o Novo Jornalismo (*New Journalism*). Tom Wolfe, precursor do gênero, escreveu o manifesto sobre o tema em 1973. (PENA, 2006)

O objetivo do Novo Jornalismo americano é, de acordo com Wolfe (apud Felipe Pena, 2006, p. 54), “evitar o aborrecido tom bege pálido dos relatórios que caracteriza a tal ‘imprensa objetiva’”. Para ele, os repórteres deveriam ser mais subjetivos, ter personalidade, mesmo sendo “escravo do manual da redação” (apud Felipe Pena, 2006, p. 54).

Wolfe admite, porém, que o movimento se organizou mais pelo prazer de fazer a mudança do que em torno de uma teoria. Mesmo sem esse embasamento teórico, Wolfe deixou registrado quatro recursos básicos usados no Novo Jornalismo americano. São eles: reconstruir a história cena a cena, registrar diálogos completos, apresentar as cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens e registrar hábitos, roupas, gestos e outras características simbólicas do personagem.

Após essa manifestação de rebeldia contra os moldes do jornalismo, um novo movimento, mais radical que o Novo Jornalismo, foi criado nos Estados Unidos: o Jornalismo Gonzo. Criado por Hunter S. Thompson, o movimento “consiste no envolvimento profundo e pessoal do autor no processo da elaboração da matéria, Não se procura um personagem para a história, o autor é o próprio personagem”, explicou Pena (2006, p. 57)

Thompson defendia, ainda, que era necessário provocar o entrevistado para que a reportagem rendesse. “Não importava a ofensa, e sim a reação (...).” (PENA, 2006, p.57)

O nome atribuído ao movimento em 1971 significa, segundo Bill Cardoso, repórter do Boston Sunday Globe, um gíria irlandesa do sul de Boston para designar o último homem de pé após uma maratona de bebedeira.

2.1 O Novo Jornalismo Novo

O Novo Jornalismo Novo é o atual movimento de recriação estilística nos Estados Unidos. Seus membros não se preocuparam com princípios e manifestos, nem com a delimitação de uma linguagem específica, eles se uniram pelas estratégias de apuração semelhantes.

Gay Talese, um dos líderes do movimento, tem como principal característica a opção por retratar os fracassos no lugar dos sucessos. O Novo Jornalismo Novo explora as situações

do dia a dia, o mundo comum. “O objetivo é assumir um perfil ativista, questionar valores, propor soluções” (PENA, 2006, p. 60)

Neste movimento, o jornalista está *close-to-the-skin reporting*, ou seja, a reportagem está perto da pele, no envolvimento do repórter. Robert Boyton explica em seu livro, *The new Journalism*, de 2005, a relação entre jornalista e matéria no movimento. (apud Felipe Pena, 2006, p. 60)

Deve-se fazer uma imersão completa e irrestrita, na tentativa de construir uma ponte entre a subjetividade perspectiva e a realidade observada. Para isso, no entanto, o repórter encara a fronteira entre as esferas pública e privada de forma mais arrojada, quase propondo o seu desaparecimento, o que não é uma tarefa fácil.

No Novo Jornalismo Novo, os membros prezam pelo desejo de se expressar de forma popular, nas ruas, tentando uma maior aproximação com os personagens de suas histórias. “Usam tom informal, declaratório e sem preocupação com a elegância estilística, o que não significa pobreza vocabular”, explica Felipe Pena. (2006, p. 61)

O movimento resgata, ainda, os quatro preceitos linguísticos de Wolfe, mas seus membros não se preocupam tanto com a narrativa literária. Aqui, os autores querem desempenhar um papel mais político do que literário.

Guardadas as devidas diferenças de estilo e procedência, todos fazem parte de uma geração cujo engajamento em questões sociais é condição essencial para o exercício da profissão. Mais do que jornalistas, eles são ativistas. Como um velho e bom espírito utópico, querem mudar o mundo, sim senhor. (PENA, 2006, p. 61)

Nos dias de hoje, as formas mais presentes da união entre literatura e jornalismo nos veículos de comunicação são as biografias, cada vez mais escritas por jornalistas, e os romances-reportagem.

Para Felipe Pena (2006), as biografias são uma junção de literatura, jornalismo e história. Este gênero é a parte do Jornalismo Literário que trata da narrativa sobre um determinado personagem, de suas memórias. Entretanto, quando é feita a biografia de alguém que já morreu, o autor passa a ser mais jornalista que escritor, pois precisa recolher as informações de todas as fases da vida do personagem. Conversar com fontes e remontar o passado são necessários para que o livro se assemelhe com a realidade vivida pelo personagem. Mas, quando a biografia é de alguém ainda vivo, o papel do autor é o de

organizar as ideias, selecionar as partes mais importantes e fazer com que o livro tenha coerência.

Outra forma de jornalismo literário bastante presente nos dias atuais são os romances-reportagem. Eles são formas literárias de contar uma história real. O autor não inventa nada. “Trata-se do cruzamento da narrativa romanesca com a narrativa jornalística. O que significa manter o foco na realidade factual, apesar das estratégias ficcionais”, disse Felipe Pena (2006, p. 103)

Neste gênero, os autores não se preocupam apenas em informar o leitor, mas querem também contextualizá-lo com o assunto. Nestes casos, as narrações podem virar livros que podem ser lidos como romances, mas têm um compromisso fundamental com os fatos. Para tanto, “os autores realizaram pesquisas exaustivas, fizeram dezenas de entrevistas e se propuseram a contar a verdade, sem inventar nada.” (PENA, 2006 p. 103) O romance-reportagem é, portanto, segundo Rildo Cosson (apud Felipe Pena, 2006, p. 104) “um gênero autônomo situado entre dois discursos, o literário e o jornalístico.”

Similar na construção do texto, mas diferente quanto ao conteúdo está a ficção jornalística. Neste gênero, o autor não tem compromisso com a realidade e acaba incluindo em algum fato real, informações fictícias, acrescentando dados e informações.

Na ficção-jornalística, os autores conhecem os limites da reportagem, porém, na maioria das vezes, já trabalharam na imprensa e exerceram o pacto de “referencialidade” com o leitor, ou seja, tinham o compromisso de se ater aos fatos, de forma concisa e objetiva. O que os levou a escrever ficção foi exatamente a vontade de romper esse compromisso, sem, entretanto, deixar de usar os instrumentos do Jornalismo. (PENA, 2006, p. 115)

Várias maneiras de fazer um jornalismo mais literário estão presentes no cotidiano jornalístico. Porém, o Novo Jornalismo Novo é o mais utilizado e comentado na produção de matérias jornalísticas, enquanto os outros estão mais voltados para o gênero de livros.

O Novo Jornalismo Novo e a Estrela de Sete Pontas, desenvolvida por Felipe Pena, serão abordados na análise, no próximo capítulo deste trabalho.

2.2 A Estrela de Sete Pontas

O jornalismo tem se tornado, cada vez mais, palco para espetáculos e futilidades. Hoje, o que mais importa são os índices do ibope e a quantidade de exemplares vendidos. Uma das fugas para os jornalistas que buscam se ater aos fatos importantes e que estão comprometidos com a realidade é o Jornalismo Literário.

Não se trata apenas de fugir das amarras da redação ou de exercitar a veia literária em um livro reportagem. O conceito é muito mais amplo. Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira. (PENA, 2006, p. 13)

Para explicar melhor os conceitos que apoia, o autor criou a estrela de sete pontas. “São diferentes itens, todos imprescindíveis, formando um conjunto harmônico e retoricamente místico, como a famosa estrela.” (PENA, 2006, p. 13)

Segundo o autor, os elementos da estrela são:

- Não ignorar o que se aprendeu no jornalismo diário e não jogar suas táticas no lixo. O jornalista irá usá-las para constituir novas estratégias profissionais.
- Ultrapassar os limites do acontecimento diário. Romper com a periodicidade e a atualidade.
- Contextualizar a informação de forma abrangente.
- Exercitar a cidadania.
- Romper com as correntes do *lead*.
- Ouvir entrevistados alternativos, não só as fontes oficiais. Saber do cidadão, ouvir pontos de vista alternativos.
- Perenidade. O objetivo é a permanência.

Para Felipe Pena, além dessas características, o que distingue o conceito é uma questão linguística. Desta forma, segundo ele (2006, p. 21):

Assim, defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transformando-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata de oposição entre informar ou entreter, mas

sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata de Jornalismo, nem de Literatura, mas sim de melodia.

2.3 Jornalismo Literário na atualidade

O jornalismo, até já muito dentro do século XX, foi considerado como um gênero totalmente literário. Hoje em dia, essa opinião não desapareceu. O jornalismo não deve, é claro, abandonar o literário, porquanto, como disse Matthews Arnold, <<o jornalismo é literatura com pressa>>. Mas deve, isso sim, sujeitar o essencialmente literário a certas normas em função da realidade que nos rodeia, nas qual intervêm outros fatores totalmente extraliterários. O jornalista, nesta década que agora se inicia voltada para o ano 2000, não pode tender exclusivamente a <<fazer literatura>>. Deve valer-se da <<boa escrita>> para influenciar uma sociedade massificada, apressada e desejosa de conhecer. (PIEDRAHITA, 1993, p. 19)

Hoje em dia, a realização do jornalismo literário, na forma de uma matéria mais bem elaborada e, por isso, com um processo de produção mais demorado, contrasta bastante com a realidade das pessoas.

A internet traz todas as notícias de maneira rápida, fácil e, atualmente, acessível para a maioria das pessoas. Como enumera J. B. Pinho, em seu livro “Jornalismo na Internet: Planejamento e produção de informação on-line”, o jornalismo na internet se difere muito dos outros meios de comunicação, como a TV, os jornais e o rádio, por exemplo.

Mas uma coisa o jornalismo on-line tem de semelhante com estes meios de comunicação: a pirâmide invertida na construção do texto. Como cita Jakob Nielsen “Na Web, a pirâmide invertida torna-se mesmo mais importante desde que passamos a saber, por diversos estudos, que os usuários não gostam de rolar páginas e, assim, irão com maior frequência ler o topo de um artigo” (apud J.B. Pinho, 2003, p. 207)

O *lead* engessado não é usado no jornalismo literário. Quando Felipe Pena cita, em sua “Estrela de Sete Pontas”, romper com as barreiras do *lead*, ele quis dizer exatamente isso. Deixar para trás a forma “emoldurada” de colocar as informações mais importantes no começo e contar o fato de uma forma diferente. Como se fosse uma história, onde se explica o “antes” para que se entenda o “depois”.

Os meios de comunicação voltados para o jornalismo literário são diferentes daqueles voltados para a grande massa. Os conteúdos são diferentes, as formas de abordagem são diferentes e o timing também é diferente.

Por isso, outra característica que diferencia o texto literário do on-line é a concisão. Na internet, segundo J. B. Pinho (2003, p. 209), o texto jornalístico deve ser, obrigatoriamente conciso.

Já o literário, por presar pela abundância de informações, requer maior espaço. Como disse Felipe Pena, as matérias escritas com as técnicas do jornalismo literário são feitas para encantar e inspirar o leitor e não para virar embrulho de peixe no outro dia.

Claro que é importante saber as notícias diariamente e é quase impossível fazê-las da forma literária, já que esta demanda um tempo maior de apuração de informações e entrevistas, isso é o que leva muitos leitores a recorrerem para a praticidade da internet. Mas vale a pena ler as matérias de um ângulo mais humanizado, como é a forma de escrita do jornalismo literário.

Desta forma, quem se interessa por ler as publicações que optam pelo jornalismo literário procura novos ângulos de visão sobre o tema, abordagem diferenciada, aprofundamento no assunto entre outras características. Essa pessoa, para fazer esse tipo de leitura, precisa de mais tempo.

Já as pessoas que optam pelo jornalismo diário tradicional, o fazem pela praticidade e rapidez de acesso. Hoje em dia, as pessoas podem ler notícias não só pelo computador, mas também pelo tablet e celular, o que facilita ainda mais a vida das pessoas que procuram esse tipo de informação rápida.

“O que não admite dúvidas é que o jornal é insubstituível – por ora – quando é bem feito”, opinou Manuel Piedrahita (1993, p. 182)

3 ANÁLISE

Neste capítulo, será feita uma comparação entre duas revistas de diferentes gêneros, para que, desta forma, se consiga enxergar melhor as características de jornalismo literário presentes em uma matéria literária.

Para esta comparação, serão utilizadas a revista VEJA, de maior circulação nacional, e a revista piauí, grande nome do gênero literário brasileiro.

Desta forma, foi necessária a contextualização sobre o que é revista, as editoras de ambas as revistas observadas e as próprias revistas, além de uma pequena explicação sobre o caso que trata as duas matérias: a construção da usina de Belo Monte, no Pará.

3.1 Revista

Denomina-se como revista uma publicação periódica de cunho informativo, jornalístico ou de entretenimento, geralmente voltada para o público em geral. As revistas são, em sua maioria, mais específicas em sua abordagem, agradando sempre a certa parcela da sociedade.⁵

Segundo a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), em 2008, circulavam no Brasil cerca de 60 milhões de revistas.

No Brasil, as principais editoras são a Editora Abril, Editora Globo, Editora Símbolo e Editora Três, todas sediadas em São Paulo.

3.1.1 Editora Abril

Editora Abril é uma editora brasileira que faz composição do Grupo Abril. Criada em 1950 por Victor Civita. Sua primeira publicação foi a revista em quadrinhos “O Pato Donald”.

⁵ Informações retiradas do site www.tipografos.net

No ano seguinte, a editora abriu sua primeira gráfica e nos primeiros anos de vida diversificou seu conteúdo e se posicionou como uma das editoras mais importantes do país.

Na década de 60 a empresa revolucionou o mercado editorial ao lançar fascículos semanais. A Editora Abril trouxe divididos em capítulos, temas que antes estavam restringidos a bibliotecas e livrarias para as bancas.

Atualmente, a empresa publica 54 títulos e atinge cerca de 28 milhões de leitores com sua circulação de 188,5 milhões de exemplares.⁶

Segundo seu site, a Abril é líder em 21 dos 25 segmentos em que atua e tem 7 entre as 10 revistas mais lidas do Brasil. Sua maior publicação é a VEJA, revista mais lida do Brasil e uma das maiores semanais de informação do mundo.

O Grupo Abril é formado, ainda, pela MTV Brasil, maior e mais importante TV segmentada do país. Pela Abril Mídia Digital, área de desenvolvimento e apoio às plataformas digitais da Abril além de gerenciar sites e blogs de diferentes segmentos. A Alphabase, a unidade de negócios da Abril Mídia que oferece soluções de marketing interativo para comunicação integrada do Grupo Abril e seus parceiros, também faz parte do grupo.

A Elemidia, maior operadora de mídia digital out-of-home⁷ da América Latina e a Casa Cor, maior evento de arquitetura e decoração das Américas e o segundo maior do mundo também constituem o patrimônio do Grupo Abril.

3.1.2 Revista Veja

Com uma tiragem de mais de um milhão de exemplares semanais, é a revista de maior circulação nacional. Criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, é conhecida por sua linha editorial aliada à direita política, mas não assume essa tendência.

Além da revista de circulação nacional a publicação tem edições que tratam de assuntos regionais, são elas a VEJA SP, VEJA Rio e VEJA BH.

⁶ Informações retiradas do site Wikipédia.

⁷ Tradução nossa: Out-of-home – Fora de casa

3.2 Editora Alvinegra

Comandada por Mário Sérgio Conti, a editora não tem um site próprio para difundir seus objetivos.

Por ter a Piauí como principal publicação, seu site é o da revista.⁸⁸

Mário Sérgio foi, por anos, editor da revista VEJA e do Jornal do Brasil. Atualmente, além de repórter da revista piauí é apresentador do programa Roda Viva, da TV Cultura.

3.2.1 Revista piauí

Revista piauí – a revista para quem tem um parafuso a mais, com tiragem de 50 mil exemplares mensais é muito conhecida por “optar por um jornalismo com o privilégio do tempo”, como se qualificam em sua página da internet.

É editada pela Editora Alvinegra, impressa pela Editora Abril e distribuída pela Dinap, do Grupo Abril.

Mensal, a piauí foi idealizada pelo documentarista João Moreira Salles e teve sua primeira publicação em outubro de 2006. Em seu enredo, traz pautas pouco convencionais produzidas com narrativa ficcional. Mesmo nunca tendo assumido publicamente que a revista segue o jornalismo literário, as matérias, produções e forma de narrativa retratam esse viés da publicação.

3.3 O caso Belo Monte

Localizada no Rio Xingu, no estado do Pará, a Usina Belo Monte está em construção e quando pronta deverá produzir energia suficiente para abastecer 40% do consumo de energia residencial do Brasil. A previsão de entrega da primeira unidade é em 2015. A hidrelétrica terá capacidade instalada de 11.233, 2 megawatts de potência.

⁸⁸ Não foi encontrada nenhuma referência sobre o assunto.

Belo Monte funcionará em sistema de fio d'água. Desta forma, a água do rio passa pelas turbinas e volta ao leito, sem a formação de grande reservatório de água. Segundo o site do Portal Brasil, este arranjo foi feito para diminuir o impacto socioambiental.

Entre 2007 e 2010 foram feitas 12 consultas públicas, com o intuito de discutir a construção da usina, sendo quatro audiências públicas do Ibama e 30 reuniões da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Segundo o Portal Brasil, a obra não terá impacto direto sobre terras indígenas, apesar da mudança de vazão na área da Volta Grande do Xingu.⁹

3.4 Forma e objeto de análise

Neste capítulo serão analisadas duas matérias, uma da revista VEJA, outra a revista piauí, sobre o mesmo assunto. Para observar melhor as diferenças entre as duas, foi necessário uma contextualização sobre os aspectos físicos das duas matérias.

Assim, fica mais fácil de entender durante a análise o grande número de diferenças entre as duas reportagens.

O assunto: a construção da Usina de Belo Monte. A piauí, em fevereiro de 2013 lançou em sua editoria o caso do maior líder indígena brasileiro, Raoni Metuktire, que é contra a construção da hidrelétrica, mesmo esta ficando a quilômetros de sua aldeia. A matéria foi veiculada com o título “A onça e a barragem: Por que o mais conhecido líder indígena do país é contra uma hidrelétrica a centenas de quilômetros de sua aldeia” e escrita pelo jornalista Rafael Cariello.

Já a VEJA publicou, na primeira edição de dezembro de 2011, lançada no dia 07, a capa, com o nome “Nocaute das Estrelas”, a matéria denominada “Nocauteados pela lógica”. O texto trata, basicamente, de um vídeo muito comentado de atores e atrizes da TV Globo, chamado Movimento Gota D'água, lançado em 16 de novembro de 2011, no qual os globais comentam a construção da usina. No vídeo, eles se mostram contra a obra e usam argumentos para convencer os espectadores de suas opiniões.

⁹ Informações retiradas do site Portal Brasil.

O vídeo foi criticado por profissionais pelos erros ditos pelos participantes e gerou discussões sobre o tema na internet. Em represália, estudantes de algumas universidades do Brasil gravaram outros vídeos explicando, de forma científica e especializada, sobre a construção da usina.

Será o analisado, neste capítulo, o discurso literário usado pela revista *piauí* em comparação com a forma de escrita da revista *Veja*. Serão utilizados, para análise, o conceito de jornalismo literário segundo Felipe Pena e a “Estrela de Sete Pontas”, apontada pelo autor.

3.5 Descrição Física

3.5.1 Revista *piauí*

Veiculada com o tamanho maior que o convencional¹⁰, 26,5 cm x 34,8 cm, a *piauí* veiculou a matéria “A onça e a barragem” com 9 páginas. Apenas uma foto, na primeira página, marca a matéria. Na imagem o índio Raoni em sua residência, arruma sua mala onde ele coloca roupas para a próxima viagem, rumo à Itália, e seus apetrechos indígenas, como o cocar. (Matéria em anexo A)

Nas páginas de tamanho grande, são distribuídos cartoons e tirinhas sem nenhuma relação com o tema da reportagem. Os cartoons são basicamente compostos por sátiras engraçadas sobre o estereótipo dos heróis. Algumas propagandas também são veiculadas nestas página, como do Museu de Arte Moderna de São Paulo, curso de teatro e restaurante.

Além disso, as nove páginas são compostas, basicamente, pela reportagem, escrita em 1.^a pessoa, constando no total, de 119 parágrafos, divididos em 4 colunas. O jornalista responsável pela matéria dividiu, em blocos, histórias que estão entrelaçadas. Começando com a rotina do índio Raoni, depois escrevendo sobre as relações do líder indígena com presidentes da França.

Rafael, repórter que escreveu a matéria, demorou 18 parágrafos para começar a falar, propriamente, de Belo Monte.

¹⁰ O tamanho convencional das revista de modelo magazine é de 20 x 26,5 cm.

Depois da introdução sobre a usina, o jornalista explica a construção da usina desde o início até os dias atuais. Conversa com fontes antigas e novas, com índios moradores perto de onde está sendo construída a usina. Para isto, o jornalista utiliza 30 parágrafos.

Após a contextualização do leitor com Belo Monte, Rafael retorna para Raoni e suas ligações com a usina.

A veia literária é, além de uma característica da revista, um gênero seguido por Rafael. O repórter, que também é editorialista da Folha de São Paulo, já fez parte do time da revista VEJA e sempre procurou escrever as matérias de uma maneira mais descritiva, literária.

3.5.2 Revista Veja

A matéria da revista tem, em seu total, 7 páginas, em sua maioria constituídas de infográficos. O texto em si ocupa pouca parte das páginas. (Matéria em anexo B)

Nos infográficos, estão imagens dos artistas do vídeo e suas falas e contestações dos vídeos feitos pelos estudantes que explicam os erros ditos pelos globais.

Durante a matéria, escrita em 3.^a pessoa, a palavra “ignorância” aparece várias vezes. Se referindo aos artistas e aos seus discursos.

Em seu total, a reportagem tem 6 parágrafos. Neles os repórteres André Eler e Laura Diniz, conversam com especialistas para explicar sobre os erros cometidos pelos artistas no vídeos e trazem a opinião de dois personagens, sendo eles o cacique Manuel Juruna e Sandra Cardoso de Lima.

Durante o texto, os autores usam várias palavras agressivas contra os atores e atrizes do vídeo, como “ignorância”, no primeiro parágrafo, “aquela que usa a cabeça também para pensar”, se referindo aos estudantes e dando a entender que os globais usam a cabeça para a beleza, “ceberidade-desmiolada-que-abraça-qualquer-causa-politicamente-correta, mesmo sem ter a mais pálida ideia do que se trata”, citando o humorista Rafinha Bastos e “à baboseira dos artistas globais”.

3.6 Análise

Somente em ler as duas matérias é possível ver as variações entre o “jornalismo tradicional” e o jornalismo literário. Não é só o tamanho que chama a atenção para as divergências, mas também as palavras usadas pelos dois meios para perceber a diferença na maneira de contar. A *Veja* é enfática quanto aos erros ditos pelos atores no vídeo, de forma agressiva e repetidas vezes usam a palavra “ignorância”. A *Piauí* traz, durante todo o texto, a opinião de especialistas contra a construção de Belo Monte, de forma conectada ao texto, respeitosa. Nesta revista, o foco não é só mostrar se a construção da terceira maior usina hidrelétrica do mundo é bom ou não, mas entender, por vários ângulos, o que isso acarretará nas vidas da população indígena e quais serão os benefícios para o resto da população brasileira.

Em seu livro “Jornalismo Literário”, Felipe Pena caracteriza Jornalismo Literário como a junção da literatura e do jornalismo, em que o intuito é informar e entreter com a informação e a forma de narração.

Fica bem claro, pela forma de construção de texto da *Piauí*, o viés literário. São muitas páginas para contar uma história, uma não, várias. O leitor fica sabendo, ao ler, da história de Raoni, de Belo Monte, dos índios que moram próximo à usina, do Parque Nacional do Xingu.

Comparando, ponto a ponto, de acordo com a teoria “Estrela de Sete Pontas”, elaborada por Felipe Pena, em seu livro “Jornalismo Literário”, de 2006, observa-se o seguinte:

Quadro 1 – Análise “Estrela de Sete Pontas”

Aspectos da “Estrela de Sete Pontas”	Revista <i>Piauí</i>	Revista <i>Veja</i>
Não ignorar o que foi aprendido no jornalismo diário e	Ao passar os dias ao lado do líder indígena Raoni, o repórter não só utilizou da peça chave do jornalista: a	Os repórteres conversaram com especialistas , entraram

<p>não jogar suas táticas no lixo. O jornalista irá usá-las para constituir novas estratégias profissionais.</p>	<p>pergunta, para saber mais sobre Raoni, ele também pode observar como é a rotina da aldeia e conversar, outro aspecto básico do jornalismo, com outras pessoas.</p> <p>Se o repórter tivesse marcado uma entrevista com o índio, talvez não conseguisse escrever uma matéria tão aprofundada como esta, que tem histórias da mulher de Raoni, do sobrinho.</p> <p>Além disso, Rafael conversou com as fontes oficiais. Foi atrás dos dados sobre Belo Monte, conversou com especialistas. Ele foi atrás daquilo que é o esperado, e além.</p> <p>Ele também começou a apurar sobre a história do índio e da usina bastante tempo antes, como cita em suas entrevistas, feitas ainda em 2012. A apuração é uma das atividades mais importantes do jornalista.</p> <p>Em outro trecho da entrevista com Raoni, fica claro que o repórter sabia sobre a vida do líder indígena ao perguntar sobre o cantor Sting e sua trajetória.</p> <p>Com as técnicas de entrevista, o</p>	<p>em contato com alguns índios e entrevistaram os estudantes que fizeram os vídeos em represália ao dos atores e atrizes da Globo. Ou seja, fizeram o convencional.</p>
---	---	--

	<p>repórter acabou conseguindo a confiança dos entrevistados, eles se sentiam à vontade para contar episódios de suas vidas.</p> <p>O tempo que ele passou com o líder também foi uma maneira de Rafael mostrar a Raoni que estava preocupado em relatar a realidade, o ponto de vista do líder, e não só fazer uma matéria sobre Belo Monte e os malefícios que irá trazer para os índios da região.</p>	
<p>Ultrapassar os limites do acontecimento diário. Romper com a periodicidade e a atualidade.</p>	<p>Não só pelo espaço mais abundante que o jornalista da Piauí tinha, mas também como uma regra do Jornalismo Literário, a revista piauí não escolheu um momento de mudanças no cenário da construção de Belo Monte para divulgar a matéria.</p> <p>O repórter começou a apuração cerca de três meses antes da veiculação da matéria, isso mostra a não preocupação com a “novidade” da notícia.</p> <p>Desta forma, o jornalista pôde saber mais sobre a luta do índio Raoni durante toda sua vida, além de saber de todo o projeto Belo Monte, desde sua primeira citação em 1988.</p>	<p>A matéria escrita pela Veja foi veiculada duas semanas após o vídeo dos globais ser lançado na internet. Isso mostra que o assunto virou uma pauta importante à partir do vídeo lançado pouco tempo antes. Isso mostra a preocupação com a atualidade.</p>

<p>Contextualizar a informação de forma abrangente.</p>	<p>Esse item, citado por Felipe Pena, é que se percebe de forma bastante clara a diferença entre as duas matérias. A matéria da Revista Piauí traz a história da de lutas do líder indígena, desde 1961, quando lutou depois da ditadura para readquirir suas terras de volta. Além disso, contou a história de Belo Monte desde o início, quando ainda era um projeto e se chamava Kararaô.</p> <p>Durante a reportagem da revista, o repórter mostra não só a vida de Raoni como líder indígena em sua tribo mas também suas relações com vários representantes mundiais. O fato de se encontrar com vários presidentes da França, se envolver com cineastas e cantores famosos mostram como Raoni consegue atingir as pessoas com suas causas.</p> <p>O repórter conversou com especialistas que em 1961 fizeram parte da idealização do projeto da usina e entrevistou Raoni sobre sua luta contra a construção desde aquela época.</p> <p>O autor falou também com diretores da Eletrobrás, um dos irmãos Villas-Bôas,</p>	<p>Para quem não sabia o que era ou onde fica Belo Monte, a matéria deixou a desejar. A única explicação que o autor dá sobre a usina é a explicação “usina que está sendo erguida no Rio Xingu, no interior do Pará”, no primeiro capítulo. A matéria não faz menção às mudanças no projeto inicial de Belo Monte, de como o projeto foi descartado durante um tempo, nada. Só a contextualização básica do jornalismo “convencional”.</p>
--	---	---

	<p>o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, professor da Coppe, principal instituição de ensino e pesquisa em engenharia do Brasil e o professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.</p> <p>Outras fontes foram: Ozimar Juruna, moradora da margem da Volta Grande do Xingu, Leiliane Jacinto Pereira Juruna, outra indígena, um historiador, Iremar Ferreira, a advogada dos índios caiabis, Juliana e Paula Batista, um antropólogo da Universidade de Brasília, Ricardo Verdum, o bispo do Xingu, dom Erwin Kräutler, um procurador da república, Felício Pontes Júnior, um professor de geografia agrária da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e outro antropólogo e professor do Museu Nacional, Carlos Fausto.</p> <p>Outras antropólogas também foram entrevistadas, Vanessa Lea e Mariana Ferreira. Quem também fez parte da apuração foi o cineasta Luiz Carlos Saldanha, codiretor do filme sobre a vida de Raoni.</p>	
--	---	--

	<p>O líder indígena Marcos Terena também foi ouvido pelo repórter e por último o diretor de engenharia e construção da Norte Energia, Antônio Kelson Elias Filho.</p>	
<p>Exercitar a cidadania.</p>	<p>Belo Monte pode não afetar diretamente o modo de viver de todos os brasileiros, como vai atingir os indígenas da região, mas vai trazer mudanças para a vida de todos e o espaço que lhes pertence.</p> <p>Num país, onde a população cresce desgovernadamente, é importante saber o porquê da construção de uma usina tão grande, qual será o tamanho do desmatamento desnecessário e até mesmo quantas aldeias serão afetadas diretamente pelas obras e pela construção.</p> <p>A própria construção de Belo Monte não será suficiente para suprir a demanda que o Brasil vai requerer nos próximos dez anos, como é citado na matéria.</p> <p>A construção da terceira maior usina do mundo ainda não vai solucionar os problemas de energia elétrica do Brasil. É importante que os brasileiros leiam a matéria da revista também para conhecer a história de lutas dos índios,</p>	<p>A matéria da revista Veja, por ter sido escrita após o grande “boom” do vídeo dos globais, não se preocupou tanto na conscientização, mas sim na atualidade a notícia. O intuito da revista é de criticar os famosos e as coisas que foram ditas por eles no vídeo.</p> <p>Com esta forma de escrita e abordagem, a revista VEJA deixa a entender que as pessoas só devem se pronunciar quando realmente entenderem sobre o assunto que está sendo discutido.</p>

	<p>desde que os “brancos” tentam tomar suas terras e degradar o meio ambiente. Todo cidadão deveria saber não só as causas de Belo Monte, mas como os índios, no caso o líder Raoni, sempre fizeram alianças e foram atrás de conquistar seus territórios e direitos.</p> <p>A piauí, trouxe para os leitores a luta diária dos indígenas para conseguir seu espaço e sua dignidade perante os “brancos”.</p>	
<p>Romper com as correntes do lead.</p>	<p>Este item retrata bem a diferença entre as duas matérias.</p> <p>A revista piauí começa a matéria contando a vida de seu personagem, não a luta na qual ele está engajado contra a hidrelétrica. Aliás, demoram muitos parágrafos até que o repórter finalmente toque no assunto Belo Monte.</p> <p>A contextualização feita pelo jornalista antes nos faz entender melhor de quem estamos tratando, não é uma pessoa do interior com pouco acesso, e sim um índio, que mal fala português e que mesmo assim faz alianças por todo o mundo para proteger os seus parentes.</p>	<p>“Você já ouviu falar na hidrelétrica de Belo Monte?” a pergunta, feita pela encantadora atriz Juliana Paes, foi ouvida 3,2 milhões de vezes nas últimas duas semanas (quando). Ela abre o vídeo com cinco minutos (como) de duração em que dezenove atores e atrizes do elenco da Rede Globo (quem) se revezam para discutir a construção de Belo Monte (o quê) , a usina que está sendo erguida no Rio Xingu, no</p>

		<p>interior do Pará.</p> <p>Nas primeiras linhas do primeiro parágrafo da revista Veja é possível ver como a estrutura imposta pelo lead está presente na matéria.</p>
<p>Ouvir entrevistados alternativos, não só as fontes oficiais. Saber do cidadão, ouvir pontos de vista alternativos.</p>	<p>Ouvir cidadãos, no caso da revista piauí, é a maior parte da matéria. Além do próprio personagem ser um índio, foram ouvidos vários outros indígenas de outras aldeias.</p> <p>O repórter entrevistou os especialistas, mas também antropólogos, para entender o impacto da construção de Belo Monte na rotina dos índios.</p> <p>Um personagem foi comum às duas matérias, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Nas duas matérias, o presidente é a favor da construção da usina.</p> <p>A revista piauí foi além, entrevistou pessoas para contar melhor as histórias do passado, procurou antigos diretores,</p>	<p>O repórter ouviu especialistas para explicar sobre Belo Monte, os estudantes que fizeram os vídeos e dois índios de aldeias próximas à Belo Monte. Mas não ouviu também os atores, ou o ator Sérgio Marone que foi quem escreveu o roteiro para os outros globais.</p>

	<p>conversou com as fontes oficiais e conseguiu, desta forma, fazer uma matéria mais completa para os leitores.</p> <p>Na matéria foram incluídas pessoas contra e à favor da construção da hidrelétrica.</p>	
<p>Perenidade. O objetivo é a permanência.</p>	<p>A reportagem traz, além do histórico de lutas em que os índios sempre estiveram engajados, também a história pessoal do líder. Ao entrevistar os ribeirinhos, o repórter colheu informações de suas vidas pessoais e sobre seu hábitos. Talvez as pessoas que lerem esta matéria entenderão como o rio é importante para o dia a dia deles. E não foi só o rio que foi afetado, os animais da floresta que são caçados pelos índios também estão mais escassos graças ao barulho produzido pela obra.</p> <p>A luta do líder indígena é inspiradora para outros índios e através deste relato, quem sabe, teremos outros índios tomando à frente e engajados nas lutas de seu povo.</p> <p>Esta matéria é ótima para informar</p>	<p>Um vídeo de famosos falando coisas “ignorantes”, como diz o texto da revista Veja é passageiro. A matéria foi feita para criticar os globais e a mídia feita por eles encima da construção da usina, não para informar sobre o que a construção de Belo Monte pode causar na vida dos povos indígenas que vivem nas margens dos rios.</p>

	<p>sobre Belo Monte, sob todos os ângulos, além de conhecer a vida e os hábitos do maior líder indígena do Brasil. É importante saber que mesmo sendo amigo pessoal de cantores e cineastas famosos, de conhecer presidentes de França e viajar por toda a Europa Raoni ainda é um índio. Fala pouco português, ainda viaja de cocar e batoque (anel no lábio) e ainda mora em sua aldeia. Talvez se Raoni morasse em Brasília, perto da sede da Funai, ou em outra cidade com aeroporto, ficasse mais fácil a locomoção do líder para todo o mundo.</p> <p>A publicação, por seu formato literário, requer mais tempo para leitura. Por isso, seu público está interessado em saber sobre a informação de forma mais abrangente e aprofundada. Desta forma, as matérias levam aos leitores não só as informações sobre o acontecimento, mas ensinamentos sobre cultura, história e etc., que os leitores irão levar para o resto da vida, esse conhecimento.</p> <p>A reportagem é uma lição de vida aos índios e aos “brancos”.</p>	
--	---	--

Após analisar as matérias é possível perceber que as revistas desenvolvem os assuntos de acordo com os interesses de seu público alvo. Os leitores da VEJA esperam uma opinião formada e o engajamento da revista em todos os assuntos, o que é um dos preceitos da revista, os da piauí contam com a informação passada de forma ampla para poderem, eles mesmos, tirarem suas conclusões e, desta forma, se tornarem favoráveis ou não ao conteúdo da matéria.

Para isso, os leitores da piauí necessitam de mais tempo para a leitura, o que segmenta bastante os leitores.

A Estrela de Sete Pontas e os conceitos do Novo Jornalismo Novo, na prática, mostram uma matéria que tem o compromisso de fazer o leitor entender sobre o assunto que está sendo tratado, para que ele próprio tenha sua opinião.

Os leitores da VEJA, ao optarem por esta publicação, procuram saber o posicionamento da revista sobre os assuntos.

As matérias destas publicações também aproximam o leitor da realidade retratada na matéria, pois a proximidade do repórter com a produção da matéria acaba sendo retratada na própria reportagem e reflete na maneira como o leitor enxerga a história.

A revista piauí tem como intuito informar os leitores de forma clara, abrangente e criam uma proximidade com o tema, o que facilita com que os consumidores das matérias consigam desenvolver suas opiniões de uma forma mais contextualizada e de acordo com a realidade, o que não acontece com os leitores da VEJA, que não são levados a realidade dos índios que vivem perto da obra de Belo Monte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a comparação de duas revistas tão diferentes e de segmentos tão distintos fica fácil a percepção de como o fazer jornalístico pode mudar de acordo com o local onde se trabalha.

As pessoas, nessa era de internet e notícias rápidas, buscam cada vez mais a celeridade nas ações e na vida. Estas pessoas, geralmente, não optam por ler a informação de forma mais cautelosa e detalhada.

Desta forma, fica difícil ter uma visão crítica do que realmente está acontecendo no país e no mundo. Já que ao ler apenas as manchetes e pequenas notas não é possível entender de maneira correta o que está se passando no atual cenário mundial.

Preocupados com isso e procurando uma maior liberdade de escrita, o Jornalismo Literário surge como uma saída para aqueles que se preocupam em fazer matérias com intuito de informar às pessoas que buscam as informações de forma mais abrangente.

Ao observar as diferenças entre as duas publicações fica claro como são distintas as formas de escrever quando se opta pelo jornalismo literário e pelo jornalismo “comum”. Não só a diferença de tamanho chama a atenção, mas também a forma de escrita e posicionamento de ambas as revistas.

Na matéria da revista VEJA fica claro para o leitor que a publicação é a favor da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Isso é uma das prerrogativas da publicação, a opinião da revista sobre o assunto. Já na revista piauí, não fica nítido qual o posicionamento da revista e da editora, como empresa, em relação ao assunto.

O jornalismo literário presente na revista piauí também promove uma aproximação com o leitor. Ao ler uma matéria tão grande e com grande número de informação, as quais foram captadas através de um esforço muito próximo do repórter com o personagem principal, o leitor se torna mais familiarizado com o tema e, desta forma, mais próximo ao assunto relacionado na matéria.

Este fato de ter o repórter em um relacionamento mais estreito com a produção da matéria é uma das características do Novo Jornalismo Novo, a qual se refere ao repórter *close-to-the-skin reporting*, que significa com a reportagem perto da pele.

Com a elaboração deste trabalho foi possível aprofundar os conhecimentos sobre Jornalismo Literário e observar na prática os itens mais importantes para transformar a matéria em gênero literário, observando estas características incorporadas a uma reportagem.

Como resultado, conseguiu-se obter uma vasta percepção sobre a importância do trabalho mais detalhado do jornalista para uma matéria literária, requerendo do repórter um trabalho mais amplo e desta forma, mais demorado.

Foi possível perceber também como um número maior de informações e fontes faz a diferença para contextualizar e informar o leitor durante a leitura. Pois, desta maneira, a informação obtida pelo leitor passa a ser também absorvida para seus conhecimentos gerais, o que torna a matéria um importante aliado para promover a cultura. O conhecimento se perpetua e deixa de ser importante somente para aquele momento de leitura. Desta forma, a matéria literária se torna atual sempre, já que conhecimento nunca se torna ultrapassado.

O jornalismo literário é, além de uma solução para aqueles jornalistas que buscam mais liberdade na hora da escrita, uma importante forma de aproximação do leitor com os fatos que acontecem em seu país ou em seu contexto social.

É importante também para que o público interessado em obter um maior número de informações e saber mais sobre o assunto encontrem o conhecimento que procuram. Afinal, hoje em dia as pessoas contam com todas as formas de pesquisa e aprendizado, não só com livros e enciclopédias como era no passado.

O jornalismo literário é importante também para o repórter, pois este aprende a ir atrás de mais informações, conversar com mais pessoas, descobrir mais coisas do que os outros colegas. Isto faz com o jornalista passe a ter outra visão do mundo, dando importância também aos detalhes, não só aos elementos do *lead*.

Os repórteres dos meios tradicionais podem até se preocupar com os detalhes, mas na maioria das vezes não têm espaço em suas publicações para escrever matérias que abordem estes detalhes.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Maria Cecília. Mercado Brasileiro de revistas. Disponível em: <<http://www.anave.org.br/forum2009/anave2009pdf/mariacelia.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2013.
- EDITORA ABRIL. *Institucional*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.grupoabril.com.br/institucional/sobre-abril.shtml>>. Acessado em: 16 mai. 2013.
- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: De Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- HOHENBERG, John. *Manual de Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- BRASIL. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *História da Imprensa Nacional*. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.incm.pt/portal/incm_hin.jsp>. Acesso em: 16 mai. 2013.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- JORNALONLINE.NET. *História do jornal no mundo*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://jornalonline.net/historia-jornal-no-mundo>>. Acesso em: 16 mai. 2013
- LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8. Ed. São Paulo: África, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NORTE ENERGIA. *Início*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://blogbelomonte.com.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2013.
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PIAUI. *Início*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-77>>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- PIAUI. *Quem faz*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-70/quem-faz>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- PINHO, J.B. *Jornalismo na Internet: Planejamento e produção da informação on-line*. São Paulo: Summus, 2003.

PIEDRAHITA, Manuel. *Jornalismo Moderno: História, perspectivas e tendências rumo ao ano 2000*. Lisboa: Editorial Paraninfo, S.A., 1993.

PORTAL BRASIL. *Cultura – Literatura*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/literatura>> . Acesso em: 16 mai.2013

PORTAL BRASIL. *Economia*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/belo-monte>>. Acesso em: 16 mai.2013

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

TIPÓGRAFOS.NET. *Magazines*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://tipografos.net/magazines/introducao.html>>. Acesso em: 16 mai. 2013

VEJA. *Início*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> >. Acesso em: 13 abr. 2013.

WIKIPÉDIA. *Jornalismo Gonzo*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornalismo_gonzo>. Acesso em: 16 mai. 2013

WIKIPÉDIA. *Editora Abril*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Abril>. Acesso em: 16 mai. 2013

WIKIPÉDIA. *Mário Sérgio Conti*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mario_Sergio_Conti>. Acesso em: 20 jun. 2013.

ANEXO A – A ONÇA E A BARRAGEM

vultos da floresta

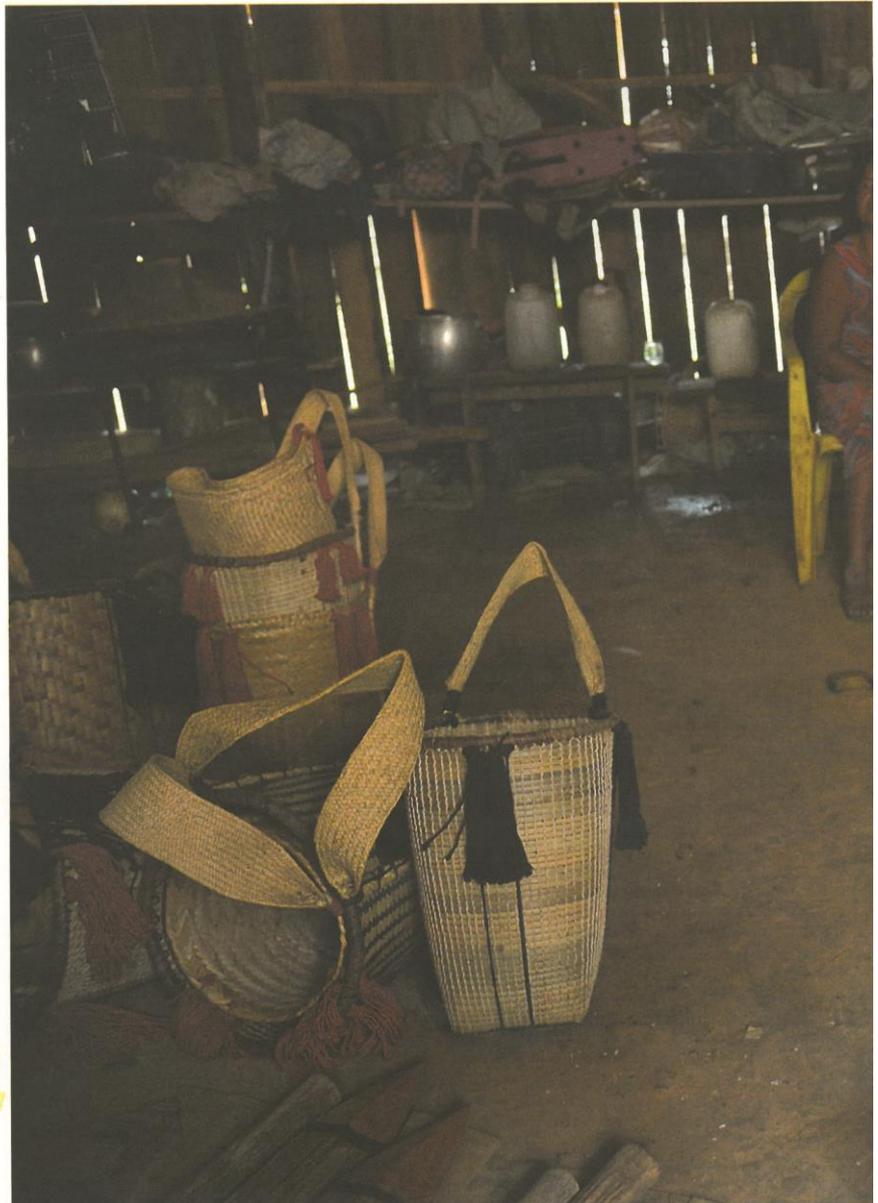
A ONÇA E A BAR

O dia se anunciava chuvoso e abafado na aldeia indígena Metuktire, erguida numa clareira aberta na mata às margens de um trecho largo e calmo do rio Xingu. Antes mesmo que o sol levantasse, homens jovens e adultos começaram a sair, silenciosos, de suas casas. Um a um, iam se afastando aos poucos das grandes construções de madeira, cobertas com a palha amarelada das folhas do inajá e dispostas ao redor de um amplo pátio central, como os dentes numa arcada ou as penas de um cocar. Já era hora de caçar ou de cuidar da roça.

Sentado no chão de terra batida de sua residência, com as pernas cruzadas e a coluna ereta, Ropni Metuktire lixava desde cedo um pedaço de madeira, a fim de dar forma final a seu novo botoque — o disco do tamanho da palma da mão que enfeita e estica seu lábio inferior. Mais conhecido pela forma aportuguesada de seu nome, Raoni chegara no dia anterior à aldeia, depois de passar um mês e meio distante da mulher, com quem teve dez filhos, cinco deles ainda vivos. De sua rede, amarrada a um dos pilares de mais de 10 metros de altura que sustentam a construção, Bekuika Metuktire observava o trabalho minucioso do marido.

Por volta das 10 horas, Raoni tomou o curto caminho que vai dar no rio, mas que conduz, antes, a uma casa apartada do conjunto principal, na qual funcionam o posto médico e a estação de rádioamador da comunidade. Ali, num registro anotado com capricho pelas enfermeiras brancas, em caderno pautado, consta que o mais conhecido líder indígena do país mede 1,72 metro e pesa 83 quilos. Tem a pele curtida, os olhos puxados e o cabelo comprido, de uma cor indefinida em que se misturam fios pretos, grisalhos e castanhos, alguns quase alourados pela exposição ao sol. Estima-se que tenha pouco mais de 80 anos. Suas pernas levemente arqueadas venciam a pequena inclinação do terreno com passos lentos, acompanhados de perto por um cachorro vira-lata.

A trajetória de vida desse senhor octogênio encarna, talvez mais do que qualquer outra, a história recente da interação entre povos indígenas e “brancos” no Brasil. Seu primeiro contato com os não índios se deu justamente com os irmãos Villas-Bôas, responsáveis por estabelecer relações com diversos povos do Centro-Oeste brasileiro nas décadas de

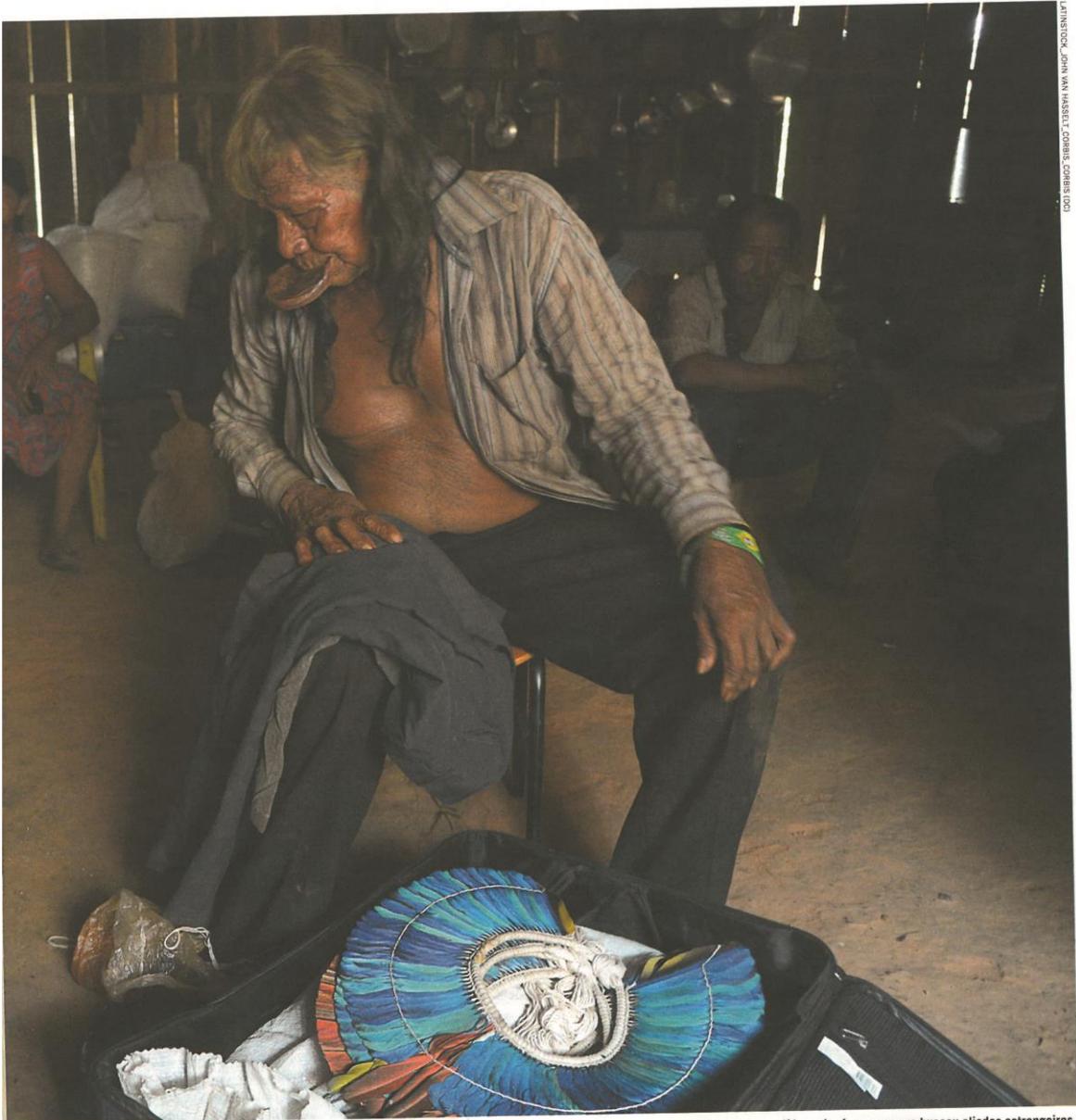


Em sua casa na aldeia Metuktire, no final de novembro, Raoni faz a mala para viajar à França, onde foi recebido pelo presidente François Hollande.

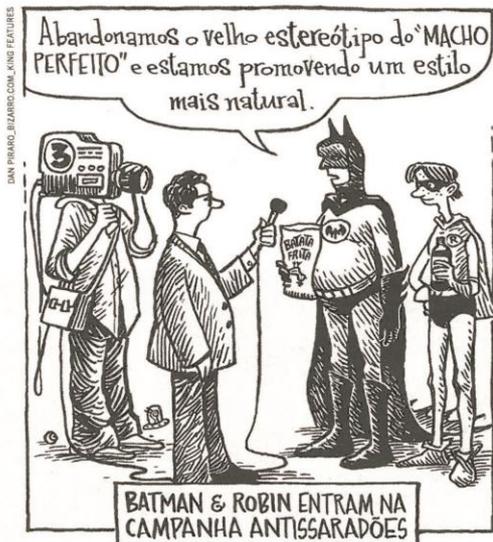
RAGEM

Por que o mais conhecido líder indígena do país é contra uma hidrelétrica a centenas de quilômetros de sua aldeia

RAFAEL CARIELLO



"Antigamente o presidente da República no Brasil também me recebia. Agora o Lula e a Dilma não me deixam mais entrar lá", reclamou o líder caiapó, que sempre buscou aliados estrangeiros



40 e 50 e que, mais tarde, fundariam o Parque Nacional do Xingu.

Foi no parque que o grupo de Raoni se abrigou quando a ditadura militar iniciou a construção de grandes estradas nas regiões Norte e Centro-Oeste, com o objetivo de "integrá-las" ao país. Dali, já nos anos 80, o líder indígena se lançou num projeto de reconquista das terras tradicionais de sua etnia. Por meio da diplomacia e da guerra, contribuiu para o reconhecimento formal de um território contínuo que se estende de Mato Grosso ao Pará por mais de 10 milhões de hectares, cerca de quatro vezes a extensão do Parque do Xingu.

Pouco mais de 8 600 parentes de Raoni vivem nesse espaço, sobretudo, e também em outras pequenas áreas indígenas do Pará. Só na aldeia Metuktire moram cerca de 400 pessoas. Há muitas outras, rio abaixo – ou seja, acompanhando o sentido das águas do Xingu, que corre para o norte –, com disposição semelhante de casas e espaços públicos. O nome pelo qual seus habitantes são mais conhecidos – *caiapós* – lhes foi dado por índios de língua tupi e alude à semelhança entre a etnia, que costuma se pintar com a tinta escura do jenipapo, e os macacos. A designação, embora depreciativa e estrangeira para esse povo que fala um outro idioma, distinto do tronco linguístico tupi, se consagrou. Eles próprios se chamam *mebêngôkre*. *Ropni*, em língua *mebêngôkre*, quer dizer onça fêmea.

Outros povos indígenas do Brasil, aos quais Raoni sempre se refere como "parentes", também contaram com o seu apoio para conseguir a demarcação de terras. Ele diz ter participado da luta por

território de oito etnias diferentes desde os anos 80, entre elas os apinajés, os pataxós e os guaranis. "Consegui coisas difíceis, os fazendeiros queriam nos enfrentar", ele me disse na tarde de sua chegada à aldeia, já ocupado com o novo botoque. Orgulha-se de ter contribuído para pôr fim às guerras internas dos próprios *caiapós* e entre índios de diferentes grupos, concentrando seus esforços de combate e negociação no adversário que importava, o *kuben*, que é como os *mebêngôkre* se referem aos brancos.

Em 1988, Raoni participou da mobilização de várias lideranças indígenas, ONGs e Igreja Católica para conseguir incluir o direito dos povos autóctones à posse de suas terras ancestrais, anterior a qualquer postulação de propriedade pelos não índios, na Constituição Federal. Soube também fazer alianças políticas com os *kuben* de além-mar, europeus sobretudo, o que lhe trouxe recursos e prestígio. Ainda hoje, quando sua foto é estampada em um jornal brasileiro, ele em geral está fora do país ou ao lado de alguma personalidade estrangeira.

Ao chegar ao posto de saúde, naquela manhã de janeiro, Raoni tomou café e comeu bolo preparado pelas enfermeiras. Esperou um pouco até que o radioamador da aldeia Metuktire ficasse vago – desde as primeiras horas da manhã os índios faziam fila para usá-lo – e se postou à frente do aparelho. Começou uma conversa compridíssima em que quase só ele falava. A sua voz, um pouco fina, não combina com a fisionomia de guerreiro *caiapó*, sua postura esticada, o corpo forte e, naquele dia, a pele pintada de jenipapo.

O desencontro fica mais evidente porque algumas palavras *mebêngôkre* contêm vogais esticadas, como um "ííííí" bem agudo que se escuta às vezes.

Bepkameiti Metuktire, uma das lideranças da aldeia, tem cerca de 50 anos e fala bem o português. Ouvia atento a conversa, do lado de fora da casa, e a traduzia, em linhas gerais, para mim. Contou que Raoni falava, em sequência, com várias aldeias *caiapós*. "Está todo mundo perguntando se ele foi lá fora, se está tudo bem, se deu tudo certo. Querem saber se o pessoal de fora se dispõe a ajudar a gente." Pelo rádio, o líder *mebêngôkre* dava notícia da viagem de quase um mês à Europa, com escalas na França, na Suíça, na Bélgica e na Holanda, da qual afinal voltava, após passar alguns dias na cidade de Colider, em Mato Grosso.

O périplo tivera início no dia 27 de novembro, quando Raoni, seu sobrinho Megaron e o tradutor oficial, Bemoro Metuktire, tomaram um voo noturno do Rio para Paris.

Megaron foi o primeiro diretor indígena do Parque do Xingu, nomeado em 1984. Acredita ter nascido entre 1949 e 1951. Fala português perfeitamente bem, resultado do fato de ter vivido por mais de dez anos, entre a adolescência e a juventude, no posto administrativo do parque, em companhia de Orlando Villas-Bôas e de outros jovens das várias etnias da região. Seus cabelos pretos compridos e o nariz largo lhe dão uma aparência de índio de filme norte-americano.

Embora acostumado a viajar, o sobrinho de Raoni estava receoso de cruzar o oceano naquele dia. Megaron participou da expedição de índios *caiapós* responsável por localizar a fuselagem do Boeing 737-800 da Gol que se chocou, em 2006, com um jato Legacy. Foi em território *mebêngôkre*, na Terra Indígena Capoto-Jarina, onde se encontra a aldeia Metuktire, que o avião caiu. Ele não se esquece, como explicaria mais tarde, das "imagens tristes" das vítimas, 154 ao todo, sobretudo do corpo de uma passageira ainda abraçada a uma criança de colo.

Ao embarcar, além da camiseta e da calça comprida bastante gasta, Raoni vestia cocar, colar, brincos e calçava sandálias havaianas. Megaron também levou sobre os ombros, amarrado diante do peito. Ele tem sido o responsável, em anos recentes, por traduzir os discursos de Raoni, que fala mal o português. À diferença dos parentes, corta os cabelos curtos. Tem 36 anos e conta no Facebook.

No dia seguinte à chegada do grupo a Paris, numa manhã especialmente fria do final de outono europeu, Raoni foi recebido no Palácio do Eliseu pelo presidente François Hollande. Não havia nada de incomum, para o líder indígena, naquele compromisso. Todos os

chefes de Estado franceses, desde François Mitterrand, no final dos anos 80, mantiveram encontros com Raoni.

Jacques Chirac, que sucedeu Mitterrand no poder e tem idade próxima à do brasileiro, se tornou, de certa forma, um amigo. O político conservador escreveu o prefácio de uma biografia do líder *mebêngôkre* publicada na França em 2010. Nela, se refere ao velho guerreiro *caiapó* como "o último grande chefe indígena" e se diz comovido com sua história de vida. Em dezembro, os dois voltaram a se encontrar. Na viagem anterior, em 2011, Raoni já tinha tido a impressão de que Chirac estava doente, "abatido", o que lhe causara preocupação. Dessa vez, levou ervas, remédios tradicionais, para ajudar na cura do francês.

Ao sair da reunião com Hollande, no pátio interno coberto de seixos do Eliseu, Raoni fez um breve discurso, em português, para os jornalistas que o aguardavam. "Eu vim aqui conversar com o presidente da França. Antigamente o presidente da República no Brasil também me recebia. Agora o Lula e a Dilma não me deixam mais entrar lá para conversar com eles. Vocês têm que me apoiar. A Europa, a França, todo mundo me apoia para preservar a Amazônia, a floresta, os rios. Só isso. Um abraço."

São justamente a Amazônia, a floresta e, principalmente, o rio Xingu que tornam a presidente Dilma Rousseff uma adversária, contra a qual ele já prometeu "declarar guerra". É ela a responsável por erguer a maior ameaça atual, do ponto de vista do líder indígena, à sobrevivência dos seus parentes, e até dos próprios *mebêngôkre*. Uma ameaça que está sendo construída mais de mil quilômetros ao norte da aldeia Metuktire: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

É preciso percorrer 60 quilômetros pela rodovia Transamazônica, saindo da cidade de Altamira, para se chegar ao sítio da principal barragem da usina. O pequeno trecho da estrada, notória por seus atoleiros, foi recém-asfaltado pelo consórcio contratado para realizar a engenharia civil da hidrelétrica – a obra propriamente dita, o que não inclui a instalação das turbinas e da rede de transmissão.

Ao redor da cidade, distante 900 quilômetros de carro de Belém, e no caminho que conduz ao dique de Belo Monte é possível constatar o desmatamento na região, provocado pela pecuária – a obra propriamente dita, o que não inclui a instalação das turbinas e da rede de transmissão. O que antes foi selva e mata fechada hoje parece cerrado ralo. Aqui e ali se destacam imponentes castanheiras, que podem atingir até 50 metros de altura, com troncos de 2 metros de diâmetro. Foram poupadas pelos tratores, mas estão condenadas a morrer precocemente pela degradação da floresta à qual se integram. Não muito longe se espria o Xingu, um curso d'água de cerca de 2 200 quilômetros de extensão que nasce em Mato Grosso e atravessa quase todo o Pará até desaguar no rio Amazonas.

A hidrelétrica de Belo Monte é composta, a rigor, de duas barragens. Na altura em que está sendo instalada, o rio muda de direção. Em vez de continuar a correr rumo ao norte, faz uma curva aguda para o sudeste e, a partir desse ponto, percorre um arco quase circular – como um lábio esticado pelo botoque – até retomar o caminho que vinha descrevendo. É a chamada Volta Grande do Xingu, que se estende por 140 quilômetros. Ali o rio tem a sua maior queda de nível, de cerca de 90 metros entre o início e o fim dessa alça natural.

Um dos diques, o de Pimental, está sendo instalado na extremidade sul do arco. Vai impedir a passagem de boa parte do volume d'água para a Volta Grande, redirecionando-a, em linha reta e ao longo de 20 quilômetros, para a outra ponta da alça, onde o rio retoma seu rumo e se constrói a barragem de Belo Monte. Ao chegar lá, quando tudo estiver pronto, o rio cairá de nível, todos os 90 metros de uma só vez, fazendo girar as turbinas que podem gerar, nos meses de cheia, 11 mil megawatts de energia.

Sozinha, Belo Monte representará o equivalente a quase 10% do total da potência elétrica, de todas as fontes, instalada até hoje no país. Quando pronta, será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da Itaipu Binacional e de Três Gargantas, na China. O que nem de longe é suficiente, dizem os especialistas do setor, para suprir o crescimento previsto da demanda por energia elétrica no Brasil nos próximos dez anos.

Estima-se que, a cada 1% de incremento do Produto Interno Bruto, um outro ponto percentual de oferta de energia elétrica precisará ser criado, pelo menos. Essa relação varia de país para país. Em nações ricas, que produzem mais ideias do que bens, exportando serviços sofisticados ou produtos de alto valor agregado, é possível crescer sem demandar tanta energia.

No caso do Brasil, tradicionalmente foi necessário incrementar a carga elétrica numa velocidade maior do que a do aumento do PIB – e foi o represamento de rios, ao longo do século XX, que mais contribuiu para acrescentar megawatts às redes de transmissão.

Cerca de 80% do fornecimento de eletricidade hoje no país dependem de hidrelétricas, fato que é celebrado pelo engenheiro e economista Maurício Tolmasquim. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, a EPE, órgão do governo responsável pelo planejamento de longo prazo do setor, faz lembrar uma castanheira: tem exatos 2 metros de altura.

Em seu escritório no último andar de um prédio moderno no Centro do Rio, em meados de janeiro, Tolmasquim repetiu o principal argumento dos defensores dessa forma de geração: as hidrelétricas produzem energia barata, renovável e pouco poluente. Apesar do uso intensivo, o país ainda tem dois terços de seu

potencial inexplorado nos rios, a serem capturados pelas turbinas movidas a água. Do total não aproveitado, 60% estão na bacia amazônica, onde se encontram a maior parte das terras indígenas e a maior floresta tropical do mundo.

A EPE planeja construir na Amazônia Legal, nos próximos dez anos, 22 usinas, acrescentando 36 mil megawatts de potência instalada à rede elétrica brasileira. Todos os principais afluentes do Amazonas, em sua margem direita, receberão projetos, como já acontece no rio Madeira, com as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e no Xingu.

Sem esse acréscimo de geradoras, afirma o governo, a conta entre demanda de energia projetada para 2021 e a oferta que pode ser garantida aos consumidores não fecha. As substitutas mais óbvias seriam as termelétricas a gás, mais caras e poluentes. Na data do leilão de Belo Monte, a tarifa das térmicas por megawatt produzido era quase o dobro daquela contratada para a geradora do Xingu. A energia eólica, cujo preço se aproxima do praticado pelas geradoras em rios, é na verdade complementar, e não substituta da hidrelétrica: o regime de ventos chega ao ápice entre julho e novembro, justamente quando as bacias fluviais estão mais rasas. Elas só voltarão a encher, com o aumento das chuvas, a partir de dezembro, quando não se pode mais contar com o vento. É em geral nessa época, se os reservatórios das usinas estão baixos, que se especula sobre a necessidade de exigir mais das termelétricas, encarecendo a conta de energia. Tal ameaça pairou, no início deste ano, sobre o corte na conta de luz anunciado pela presidente Dilma.

Ex-presidente da Eletrobras e ex-professor de Tolmasquim, Luiz Pinguelli Rosa é diretor da principal instituição de ensino e pesquisa em engenharia no país, a Coppe, ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pinguelli é favorável à exploração da "fronteira hidrelétrica" do país na região amazônica, embora se mostre cético quanto à possibilidade de o governo realizar todos os projetos anunciados. De maneira pragmática, ele admite que "não há energia santa". Junto com a usina, ele diz, vêm inevitavelmente alagamento, atração de dezenas de milhares de trabalhadores para as obras, estradas que cortam a floresta.

Ciente desses impactos, Tolmasquim diz que o governo pretende construir "usinas plataformas" no rio Tapajós, no sudoeste do Pará, numa região ainda intocada por rodovias ou presença humana mais densa. "A ideia é fazer uma usina que, durante a construção, use estruturas temporárias e não crie cidades. Se fizer a estrada, que depois possa desfazer. Faz o acesso, mas depois refloresta." O problema, ele reconhece, é que isso nunca foi feito. "Não se sabe se dá ou não", admite Tolmasquim. "Se dá para ficar com a usina sem acesso, estamos debatendo ainda. O conceito está sendo desenvolvido. A ideia ainda está em gestação."

O leilão da primeira grande geradora no rio Tapajós, de toda forma, já está previsto para o início do ano que vem. Enquanto o governo aprimora o projeto das "usinas plataformas", não é possível saber, com rigor, o tamanho do impacto ambiental que o conjunto de obras na Amazônia causará.

Críticos da instalação de hidrelétricas na região Norte, como Celso Bermann, professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, também questionam a necessidade de geração projetada pelo governo para a próxima década. De toda a eletricidade consumida no país, quase um quinto vai para os chamados grandes consumidores, eletrointensivos, como as cadeias de produção do alumínio, os fabricantes de aço bruto, ferroliga, cimento, papel e celulose. Isso equivale a pouco mais de 40% da demanda industrial total por esse tipo de energia. "São setores de baixo valor agregado; nós apenas atendemos o mercado global com bens que os outros países não querem mais produzir", diz Bermann.

"Não tenho dúvida de que a gente tem de caminhar para um padrão de desenvolvimento mais intensivo em tecnologia, com maior valor agregado e menos conteúdo em energia", responde Tolmasquim. "Mas não é bem assim. Não basta querer. É um processo que toma tempo. Se a gente falar 'vou esquecer', vou planejar o setor

elétrico para não dar energia para aço, cimento, papel", vai desempregar o país inteiro, vai ter uma crise monumental. Não constrói usina para eles! Não dá energia! E aí? Fechamos as fábricas todas?"

Num dia nublado do final de dezembro, em uma aldeia encravada na mata e distante duas horas de carro de Altamira, Ozimar Juruna suava em bicas enquanto remexia a farinha de mandioca, com a ajuda de uma espécie de rodo, num painel raso de 2 metros de diâmetro. Ele tem 43 anos e passou a vida inteira ali, às margens da Volta Grande do Xingu, num pedaço do estado do Pará reconhecido como a Terra Indígena Paquichamba.

Seus parentes jurunas e também os araras, na outra margem do mesmo trecho de rio, já sentem os efeitos das obras de Belo Monte. Como parte das exigências socioambientais feitas à Norte Energia, empresa vencedora do leilão da hidrelétrica, 34 aldeias em doze terras indígenas próximas ao empreendimento foram beneficiadas com algum tipo de compensação, como melhoria de estradas, perfuração de poços artesanais e a construção de novas casas de farinha. Durante dois anos, entre 2010 e setembro de 2012, as aldeias também receberam, cada uma, ajuda financeira de 30 mil reais mensais.

Museu de Cultura, Museu de Arte Moderna de São Paulo e Centro Pompidou apresentam

C C C I R R U
C C U U R R I U
T Z N O A S
O O S

O CENTRO POMPIDOU ENCONTRA O MAM

22 JAN - 31 MAR

Parque Ibirapuera, ponto 3
Tel: (11) 5085-1300
Ter - dom, 10h - 18h
Bilhetaria: até 17h30

www.mam.org.br
facebook, twitter, youtube
instagram/mamoficial
google+artproject

Patrocínio Master: **BIOLAB**
Patrocínio: **LEOBRUNN**
Apoio Institucional: **Centro Pompidou**
Realização: **Museu de Cultura**



Quando a usina estiver em funcionamento, a vazão média de água na Volta Grande cairá bastante, sobretudo nos períodos de cheia do rio. O principal impacto, acreditam os índios, será a redução na oferta de peixes, parte essencial de sua alimentação – e de sua independência em relação à cidade. Embora as primeiras turbinas só devam começar a girar em 2015, e a conclusão do empreendimento esteja prevista para 2019, o pescando já começa a faltar, eles dizem.

“A água aqui está mais suja, mais vermelha”, afirmou Ozimar, ao fazer uma pausa no trabalho e se afastar do fogo que esquentava a casa de farinha. Ele disse temer também outros efeitos das obras. “A usina está perto e vai atrair muita gente. O emprego por lá não é para sempre. Quem vier e ficar por aqui vai querer tirar madeira, caçar. Vai tudo ficando em menor quantidade. A terra mesmo, podem querer ocupar. Ai vai haver conflito.”

Numa outra aldeia juruna, uns quinze minutos de carro rio acima, Leiliane Jacinto Pereira Juruna, de 25 anos, cuida dos filhos na porta de casa. Ela também reclama que a água barrenta tem prejudicado a pesca – tanto para a alimentação cotidiana quanto para a captura de pequenos peixes ornamentais, que vendem na cidade.

“O que atrapalha também é o barulho e a claridade”, comentou, enquanto afagava a filha, chorosa. Leiliane se referia aos holofotes, utilizados para que os trabalhos na usina não parem à noite, e às explosões para a escavação da rocha, que aos poucos vai ganhando o formato da gigantesca barragem. “O costume da gente é caçar quando a noite está bem escura. Agora não existe o

escuro mais. A caça também se afastou. Caititu, paca, veado. O porco está sumindo. Acho que estão procurando distância da claridade, da zoada.”

A escassez de caça e de pesca, argumentou Leiliane, tem forçado os indígenas da região a irem com mais frequência à cidade. “Antes a gente ia pouco ao mercado. Agora estamos comprando tudo, até carne e peixe”, ela disse. Ocorre que, ao mesmo tempo, a capacidade da aldeia para gerar recursos, com a dificuldade de capturar os peixes de aquário, também diminuiu. “Está acabando a renda. E em Altamira está tudo mais caro.”

Aos poucos, algumas dezenas de famílias perdem autonomia e correm o risco de se inserirem da pior forma possível na economia da cidade.

Em contraste, boa parte de Altamira, que já é pobre, saída a chegada da usina como uma oportunidade de melhoria de vida. Nos galpões bem cuidados do Centro de Capacitação do Consórcio Construtor de Belo Monte, 5 300 pessoas, quase sempre jovens, foram treinadas desde 2011 para trabalhar na obra. O objetivo, diz a empresa, é formar 15 mil pessoas – numa cidade que, em 2010, tinha 100 mil habitantes. Os salários, nos melhores casos, não passam de 1 300 reais por mês.

Impactos semelhantes aos que preocupam Ozimar e Leiliane são relatados no rio Madeira, no estado de Rondônia, onde estão sendo construídas as usinas de Jirau e Santo Antônio. O historiador Iremar Ferreira, integrante do Instituto Madeira Vivo, afirma que “o principal problema com o início da construção foi a morte de peixes, sentida pelas populações indígenas”. No Madei-

ra, como em Belo Monte, as empreiteiras construíram escadas nas barragens para tentar facilitar a subida dos peixes, que nadam rio acima na época da reprodução – o fenômeno conhecido como piracema. Ferreira trata como “uma piada” a ideia de que os cardumes continuarão a subir o rio da mesma maneira que faziam quando não havia hidrelétricas. “Na cachoeira normal há poços de repouso. Agora, quando o peixe cansa, ele é lançado de volta para trás.”

Algumas centenas de quilômetros a leste do Madeira, duas usinas já estão sendo construídas no rio Teles Pires, em Mato Grosso, um dos principais afluentes do Tapajós. “O impacto aqui é na água”, afirma a advogada Juliana de Paula Batista, que presta assessoria aos índios caiabís. “Eles reclamam muito que já diminuiu a quantidade de peixe e que a água do rio está suja. Estamos falando de populações que estão na beira do rio, não num apartamento em Ipanema. Eles pescam ali, caçam ali.”

Apesar da existência de diversos movimentos contrários à instalação de usinas, não existe estimativa precisa do número total de índios que serão afetados pelo conjunto das hidrelétricas na Amazônia. O antropólogo da Universidade de Brasília Ricardo Verdum publicou no ano passado um levantamento de terras indígenas próximas a diversos empreendimentos na região, sujeitas aos impactos. Considerando apenas as áreas no entorno das hidrelétricas planejadas para os rios Madeira, Teles Pires, Tapajós e Xingu, e cruzando essa listagem com a população desses territórios segundo o Instituto Socioambiental, a mais respeitada organização de monitoramento da situação indígena no país, chega-se a cerca de 20 mil índios que podem vir a ser afetados, de uma maneira ou de outra, pelo avanço da fronteira hidrelétrica brasileira.

Em seu escritório com vista para o rio, dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu, se disse alarmado com os planos de construção de usinas na Amazônia. O clérigo, que se define como um brasileiro nascido na Áustria, vive ameaçado de morte numa casa em Altamira guardada por modernas câmeras de segurança. Não dá um passo na rua sem a companhia dos quatro policiais militares que fazem a sua proteção. Era amigo da freira Dorothy Stang, assassinada em 2005 com seis tiros. Trabalhavam juntos no combate à ocupação irregular da terra e à ação de madeireiros na região.

Para dom Erwin, o impacto das obras e a redução da autonomia de muitos povos podem ter “consequências fatais” para os indígenas. “O sujeito não deixa de ser índio, mas acaba desaldeado e não tem mais aquele relacionamento umbilical com a sua comunidade. Se ele termina aqui, perambulando pela cidade, está como um peixe fora d’água. Ele não se adapta. E às vezes entra nos vícios do branco. Todo mundo o trata com desdém, ele não tem profissão, o que vai fazer?”

“O que a gente vê é um rastro de destruição muito grande”, afirma o procurador da República Felício Pontes Júnior, que atua no Pará e tem movido ações contra Belo Monte. “Aonde se chega com isso? O exemplo no final da linha são os guaranis-caiobás”, ele disse, em referência ao grupo do Mato Grosso do Sul que vive confinado em parcelas diminutas de terra ou em acampamentos precários às margens das rodovias. “As pessoas ficam completamente sem norte, e muitas se suicidam. Você tem uma perda cultural extrema e isso naturalmente vai levar a uma destruturação social daqueles povos.”

A ameaça representada por grandes projetos na Amazônia não é novidade para os índios da região, para os caiapós e para Raoni. A violência que ainda ameaça dom Erwin ganhou intensidade em Mato Grosso e no Pará a partir dos anos 60, na esteira de projetos estatais.

A ocupação da terra por grandes propriedades agrícolas, incentivada pelo governo militar, provocou conflitos generalizados nos anos 70 e inúmeros massacres contra os povos indígenas, afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor de geografia agrária da USP. “Cada situação teve um quadro diferente. Por exemplo, um grande pecuarista que era aqui de São Paulo, quando os índios se aproximaram, lá na região do vale do rio Arinos, em Mato Grosso, passou a doar açúcar. Ele dava açúcar envenenado com arsênico para os índios. Muitos xavantes foram retirados de seus territórios com a ajuda da FAB. Quando se abria a rodovia Cuiabá-Santarém e houve o contato com os chamados índios gigantes, os panaráis, só pela proximidade com os trabalhadores eles foram morrendo. Eles não tinham resistência às doenças da nossa sociedade.”

Na estrada que matou muitos panaráis se localizam, hoje, importantes centros produtores de soja, como Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, algumas das cidades que mais crescem no país e que puxam o medíocre avanço do PIB brasileiro. No ano passado, enquanto o conjunto da produção aumentou cerca de 1% no Brasil, o Centro-Oeste cresceu mais de 3%.

No norte de Mato Grosso, os militares começaram, em 1971, a abrir a BR-080, uma rodovia quase tão ambiciosa quanto a Cuiabá-Santarém, hoje em grande parte reduzida a uma estrada de terra estadual, a MT-322, que cruza de forma transversal o estado. O Parque Nacional do Xingu, criado em 1961, foi cortado pelo empreendimento em sua porção norte, onde já viviam os caiapós.

A demarcação do hoje denominado Parque Indígena do Xingu representou uma virada na política indigenista do país, segundo o antropólogo Carlos Fausto, professor do Museu Nacional, ligado à UFRJ. Até então, os limites das terras eram propositalmente reduzidos, tendo como objetivo forçar a integração dos povos autóctones à economia nacio-



SEMPRE EM BOM MOMENTO DO DIA

nal. A iniciativa dos irmãos Villas-Bôas buscava, ao contrário, retardar ao máximo esse processo, "e para isso eles precisavam da maior quantidade de terra possível", afirma Fausto. "Antes não havia uma correlação entre o território segundo a lógica indígena e a área reconhecida pelo Estado. Isso aconteceu pela primeira vez com a luta pela criação do Parque do Xingu."

O projeto militar de integração da Amazônia não se deteve diante desses ideais. Uma fatia do território criado em 1961 foi extirpada, ao norte da BR-080, e Orlando Villas-Bôas achou melhor incentivar os caiapós a se mudarem para dentro das novas fronteiras do parque. Parte dos mebêngôkre recusou o convite, mas outros, liderados por Raoni, migraram rumo ao sul. Eles aguardariam, ansiosos, a chance de retomar suas terras – o que só veio a acontecer treze anos depois, em 1984.

A oportunidade surgiu quando Raoni e Megaron ouviram falar de Cláudio Romero, um funcionário da Funai que começou sua carreira tocando fogo, literalmente, no Centro-Oeste. Romero tem hoje 62 anos. Sua barba branca e a estatura baixa lhe dão um ar de padre da província. Estudou ciências sociais em Rio Claro, no estado de São Paulo, no início dos anos 70, e diz ter-se convencido a trabalhar com os índios ao ouvir os relatos de um grupo de xavantes que visitou a cidade, em 1974. "Antes meu negócio era operário, era revolução."

Aprovado no concurso da Funai, Romero pediu para trabalhar com os xavantes, em Mato Grosso. Grande parte das terras tradicionais desse povo, a essa al-

tura, estava ocupada por fazendeiros oriundos do Rio Grande do Sul. "Cheguei lá e comeci a expulsar essa gente, esses gaúchos. Demarcamos as terras. Botei para fora, tacando fogo nas fazendas. Eu era meio doido. Chegava com um monte de índio e queimava tudo." Foi também a primeira vez, ele disse, que os indígenas usaram um método novo, patrocinado por ele, para conseguirem a demarcação de terras. "Tomamos muita fazenda na bala", ele me contou, numa conversa em Brasília, em novembro passado.

O método seria repetido com os guajajaras, no Maranhão, e com os pataxós, na Bahia, no início dos anos 80. "Todo mundo queria o meu fígado. Fui praticamente expulso da Bahia. O Antônio Carlos Magalhães queria me matar, dizia que eu era comunista. Resolveram então me colocar para cuidar da Casa do Índio, um lugar que a Funai mantinha em Brasília. Nessa época, o Megaron e o Raoni passavam muito por lá quando iam para São Paulo, onde ainda ficava o posto de apoio do parque. Fiquei amigo deles."

Vários chefes xinguanos, então, liderados por Raoni, resolveram pedir ao governo que Romero fosse nomeado administrador do parque. Questionado, na época, sobre as razões para o pedido, o líder caiapó respondeu que o funcionário era "amigo dos índios": "A gente sabe que ele já demarcou terra pros parentes."

Atensão entre brancos e indígenas atingira um ponto crítico, no início dos anos 80, na área ao norte do parque que havia sido extirpada pelos militares. A margem direita do rio Xingu, a partir da BR-080, vinha sendo ocupada

por posseiros brancos. Raoni desejava que o governo demarcasse a terra, reservando uma área de 40 quilômetros a leste do rio, para impedir as invasões. Em fevereiro de 1984, segundo a cronologia do que ficou conhecido como a "guerra no Xingu", publicada pelas antropólogas Vanessa Lea e Mariana Ferreira no ano seguinte, Raoni foi a Brasília, prometendo agir se a Funai não fizesse a demarcação até abril. O presidente do órgão indigenista, Otávio Ferreira Lima, assumiu um compromisso de se reunir com as lideranças do parque, na terra deles, no dia 24 de março.

Na véspera da reunião, conta Romero, Raoni o procurou. "Cláudio", ele disse, "passa um rádio para Brasília para saber onde é que vai descer o pessoal do presidente da Funai, se é no Kretire ou se é no Vigilante." Kretire era o lugar onde eles moravam, 25 minutos de barco ao sul da estrada, subindo pelo rio Xingu. O posto de vigilância ficava na BR-080, com pista feita pela FAB. Passei o rádio. À tarde veio a resposta que os caras não iam mais, que o presidente já tinha se reunido com os fazendeiros em Brasília. Af os índios ficaram muito bravos."

Segundo Vanessa Lea, naquele dia 33 líderes de diferentes povos do Xingu já se encontravam mobilizados na aldeia do Kretire, à espera do presidente da Funai. Reunidos na casa dos homens, um espaço tradicional dos mebêngôkre que fica no meio da aldeia circular, eles decidiram reagir. A ideia era anunciar às autoridades em Brasília o sequestro de quatro funcionários brancos que trabalhavam na aldeia – entre eles o próprio Cláudio Romero – e tomar a balsa motorizada que faz a travessia do Xingu na altura em que o rio corta a BR-080, interrompendo o tráfego de carros e caminhões. Só voltar atrás se o governo aceitasse a exigência de demarcação das terras ao norte da estrada.

O primeiro obstáculo era um destacamento de doze policiais que montava guarda no posto de vigilância e garantia a segurança da balsa. Romero disse aos índios que tinha uma ideia para se livrar da polícia sem que ninguém soubesse machucado. No dia seguinte, tomou um barco no Kretire e foi ter com os militares. "Eles estavam lá, tranquilos, ouvindo num radinho de pilha aquelas músicas tristes para quem tem a mãe na zona."

O administrador do parque anunciou ao sargento encarregado da turma que iria de caminhão até a cidade mais próxima, São José do Xingu, conhecida como "Bang-Bang". Teria que ficar na vila até tarde da noite. Se quisessem, podiam pegar carona na ida e na volta. Sem pensar duas vezes, o sargento deu ordem: "Vamos embora! Todo mundo se veste rápido!" Chegaram à cidade por volta das oito, os soldados na parte de trás do caminhão, o comandante do grupo na boleia com Romero e o motorista.

"Já na entrada do 'Bangue' tinha a zona, e eles ficaram por lá mesmo", con-

Cursos de teatro do TUC

aprenda teatro no teatro

O TUCA tem reconhecida importância histórica no desenvolvimento da cultura e na formação de atores. Vem oferecendo diversos cursos de teatro há mais de 25 anos. Já passaram por aqui, como alunos, Sandra Corveloni, Leona Cavali, Bráulio Mantovani, Rui Ricardo Dias, Marcelo Pacífico, entre outros.

Veja os cursos oferecidos para 2013:

Iniciação Teatral

Criação e Desenho de Figurinos Teatrais e Moda

Leitura Dramática

Teatro para Facilitar a Comunicação

Saiba sobre os cursos no site: www.teatrotuca.com.br

TUCA Teatro da PUC-SP  **PUC-SP**



tou Romero. "Combinei que buscava todo mundo à uma da manhã. Fomos para uma venda grande que tinha lá. Falei com o dono que precisava comprar comida, para uma reunião. Levei feijão, arroz, macarrão, óleo, bolacha. Comprei tudo que o cara tinha. E bala. Comprei toda a munição. Chumbo, pólvora, calibre 38, calibre 44, 26, o que tinha eu comprei." Saindo dali, fizeram uma parada em outro armazém. Compraram ainda mais munição.

"E agora?", o motorista perguntou a Romero. "Agora nós vamos passar por fora da cidade, para ninguém ver a gente." "E os soldados? E o sargento?", o funcionário, já nervoso, quis saber. "Eu quero que o sargento se foda, rapaz; vamos embora daqui", respondeu. Sem a presença policial, os índios tomaram a balsa com tranquilidade e interromperam o tráfego na BR-080. Romero voltou para o Kretire com o carregamento comprado fiado na cidade, preparado para aguentar o tempo que fosse necessário.

No dia 14 de abril, quase três semanas depois de iniciada a revolta, três representantes da Funai foram enviados para a região a fim de negociar com os índios. Chegaram à aldeia Piaraçu, a mais próxima do local de travessia da balsa. Raoni e o sobrinho foram encontrados. "Daqui a pouco, enquanto estávamos conversando", contou Megaron, "chegou o pessoal." Uma centena de índios. "Os caiabos logo foram tirando a roupa deles. Outros queriam bater. Nós não deixamos, controlamos a situação." Poucos dias de agressões mais graves, os funcionários foram feitos reféns e levados para o Kretire.

Em seu relato, Vanessa Lea afirma que, "no clima de tensão que reinava, os índios dormiam pouco, temendo uma invasão para resgatar os prisioneiros". Pelo rádio, eles ficaram sabendo que uma nova balsa, escoltada por oitenta policiais militares, havia saído de Cuia-

bá e estava sendo levada, de caminhão, para o parque. Romero disse ter proposto, então, uma marcha de 40 quilômetros, a pé, para tentarem derrubar uma ponte da BR-080 que passava sobre o rio Jarina. "Aquele monte de gente sentada, pintada de preto. Quando terminei de explicar, perguntei: 'Quem quer ir?'" Levantaram todos ao mesmo tempo, uns 300 índios, batendo no peito: 'Bá, bá, bá.' 'Eu, eu, eu.' Fomos até lá, carregando machado, gasolina e óleo diesel. Derrubamos a ponte, e isolamos os caras."

Pressionado, o ministro do Interior do último governo militar, Mário Andreazza, aceitou se reunir com Megaron e outras lideranças jovens do Xingu, no início de maio de 84. Os caiapós acabaram conseguindo muito mais do que pediam antes da revolta. As negociações levaram o governo a demitir o presidente da Funai e a aceitar a demarcação de 15 quilômetros a leste do rio e 70 quilômetros ao norte da rodovia federal. A polícia foi retirada da área, e o controle da balsa foi entregue aos mebêngôkre. Os militares também aceitaram demarcar a área indígena Capoto-Jarina, a oeste do rio, que alcança hoje 635 mil hectares.

Os reféns foram afinal libertados no dia 2 de maio. Raoni viajou a Brasília para negociar os termos finais da troca. O ministro do Interior, além da derrota, teve que aguentar a humilhação. Na reunião para fechar o acordo, o líder caiapó puxou a orelha de Andreazza e brincou, diante da imprensa: "Aceito ser seu amigo, mas você tem que ouvir o índio."

Ainda em 1984 e no início de 1985, Raoni ajudaria Cláudio Romero a enfrentar fazendeiros no norte de Goiás, hoje Tocantins, e assim garantir a demarcação de terras para os apinajés. Viajaram juntos também à Bahia, onde se questionava a "autenticidade" de índios pataxós. Com a autoridade de sua borduna — a arma de madeira típica dos caiapós — e de seu boato, o líder mebêngôkre fez declarações públicas de apoio aos parentes baianos.

Ao se lembrar desse momento de sua vida, em sua casa na aldeia Metuktire, Raoni se referiu a Romero, segundo a tradução de Bemoro, como "um amigo de coração". "Brigamos juntos, conquistamos nossa luta juntos."

Tão importantes quanto a parceria com Cláudio Romero foram as alianças que o líder caiapó estabeleceu com os *kuben* estrangeiros, desde o início de sua trajetória pública. Em meados dos anos 70, o diretor belga Jean-Pierre Dutilleux viajou ao Xingu a fim de realizar um documentário para a Bbc. Lá conheceu os mebêngôkre e decidiu que deveria fazer deles o tema de um filme específico. Segundo o cineasta Luiz Carlos Saldanha, codiretor de *Raoni*, lançado em 1978 e indicado ao Oscar de melhor documentário, o protagonista da história impressionava, imediatamente, por seu carisma. "O que chamava a atenção é que ele era um homem valente, grande, com capacidade de liderança inata."

Em sua versão norte-americana, a fita tem a narração do ator Marlon Brando, conhecido por seu apoio à causa indígena. O filme alavancou a fama de Raoni no mundo e no Brasil.

Foi também Dutilleux quem apresentou o brasileiro ao músico inglês Sting, durante uma turnê no país, em 1987. Num dos primeiros encontros, o ex-vocalista da banda The Police perguntou o que poderia fazer para ajudá-lo. Raoni foi direto ao ponto: disse que precisava de dinheiro para demarcar uma área contígua ao norte da recém-conquistada Capoto-Jarina, a Terra Indígena Menkragnoti. Com quase 5 milhões de hectares, o território é pouco maior do que o estado do Rio de Janeiro.

Embora o processo de reconhecimento de uma terra indígena dependa da iniciativa política do Poder Executivo, a demarcação propriamente dita demanda recursos para abrir picadas, contratar técnicos, fazer medições que serão registradas em cartório. Em 1989, Sting ajudou a organizar a viagem, com escalas nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, em que os dois, sob os holofotes da imprensa mundial, conseguiram levantar a verba necessária para o empreendimento.

A promulgação da Constituição de 1988 e o auge da influência do movimento ambientalista sobre o governo brasileiro — o país sediaria a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 — contribuíram para que o Menkragnoti e muitas outras áreas indígenas fossem reconhecidos no início dos anos 90.

Já nessa época, contudo, Sting começou a se desentender com Dutilleux. Megaron contou que numa reunião na Inglaterra, na qual se tratou da criação de uma ONG para recolher e administrar recursos com vistas à demarcação do Menkragnoti, o cantor, já desconfiado do cineasta, sugeriu que ele se afastasse da iniciativa.

Depois de alcançado o objetivo assumido com Raoni, o próprio Sting se afastou. O líder caiapó continuou, pelos anos seguintes, a fazer viagens regulares à Europa, organizadas por Dutilleux, que passou a liderar a *Association pour la Forêt Vierge* (AFV), organização responsável por representar o líder mebêngôkre. "Ele continuou a ganhar dinheiro com a imagem do meu tio", disse Megaron, recentemente. A relação entre o belga e os caiapós foi aos poucos se deteriorando. Raoni e Bemoro afirmaram desconfiar que Dutilleux recolhia recursos em nome dos índios sem os repassar ao Brasil — ou transferindo apenas uma pequena parte do que amealhava. Para piorar, na penúltima visita a países europeus, em 2011, o cineasta tentou dissuadir o líder mebêngôkre de falar sobre o assunto que mais lhe interessava: Belo Monte. "Ele chegou a segurar o braço do Raoni, para ele não falar", contou Bemoro, aparentando ainda estar surpreso e indignado com o gesto. Numa nota publicada no site da AFV, a organização francesa afirma que uma luta desse porte, contra a hidrelétrica, não estava ao alcance de "sua pequena estrutura de frágeis recursos".

Foi nesse momento que uma espécie de dissidência da ONG foi fundada. Gert-Peter Bruch, que trabalhava com Dutilleux e gerenciava o site que leva o nome de Raoni (www.raoni.com), fundou uma nova organização, a *Planète Amazone*, levando consigo o endereço eletrônico e o apoio dos caiapós para representá-los no exterior. Bruch se encarregou de organizar a mais recente viagem do grupo à França e demais países europeus.

Era visível a emoção de Raoni, em janeiro, quando pedi a ele que falasse sobre Sting. "Por causa do Jean-Pierre, faz muito tempo que a gente não se fala", disse, sentado no chão de sua casa ampla, de escassos bens — algumas malas, canecas de alumínio, uma garrafa térmica, roupas, quase tudo empilhado sobre um estrado nos fundos da construção. "É meu grande amigo e nunca vou me esquecer dele na minha vida."

Busca por alianças e por recursos — políticos, territoriais, financeiros — foi a resposta que os caiapós encontraram para enfrentar uma situação adversa, seguindo a lógica do que o antropólogo Cesar Gordon, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chama de "temperamento coletivo" dos mebêngôkre.

Para realizar sua tese de doutorado, Gordon estudou o subgrupo *xikrin*-mebêngôkre. Ele se refere aos caiapós em geral como um povo "muito corajoso e orgulhoso", que tem aversão a cair na autopiedade e na autovitimizção. "A pergunta deles é por que os brancos podem ter tantas coisas, e os mebêngôkre, não. Da perspectiva caiapó, para ter alguma força política, eles precisavam obter os meios prévios de ação: dinheiro, capacidade de transporte e de comunicação."

No final dos anos 80, diferentes grupos mebêngôkre vinham conseguindo crescente acesso a esses "meios". Ao norte das terras dos metuktire, já no Pará, líderes como Paulinho Payakã e "coronel" Pombo tomaram a decisão de cobrar royalties dos madeireiros e garimpos ilegais que atuavam em suas terras. Raoni era crítico dessa aliança, sustentam Cláudio Romero e André Villas-Bôas, secretário-executivo e responsável pelo trabalho com os povos xinguanos no Instituto Socioambiental. "Na área dele isso não aconteceu, e ele expressava a vontade de não deixar as madeiras entrarem", afirmou Villas-Bôas. "Ao mesmo tempo, não havia, nas suas terras, a mesma abundância de recursos das outras áreas."

Naquele momento, pela primeira vez em muito tempo, as circunstâncias políticas no país pareciam relativamente favoráveis aos povos indígenas, em geral, e aos caiapós, em particular. Além dos recursos e das alianças, como as construídas por Raoni, a nova Constituição trazia a perspectiva de amplas demarcações, resultado de uma "retração da direita" após o final da ditadura, na avaliação do antropólogo Carlos Fausto, da UFPA. Ainda em 1988, contudo, uma nova ameaça surgiu no horizonte.

Um plano de longo prazo de expansão energética divulgado pelo governo indicava que o aproveitamento máximo da bacia do Xingu aconteceria com a construção de cinco usinas hidrelétricas no rio, com impactos diretos e indiretos sobre vários grupos caiapós, inclusive os que habitavam aquela que viria a ser a Terra Indígena Menkragnoti.

"Nós divulgávamos todos os pontos em que cabia usina na Amazônia, mas não é que fôssemos construir todas", me disse, no início de dezembro, José Antonio Muniz Lopes, hoje diretor de transmissão da Eletrobras.

Muniz Lopes é um maranhense de 67 anos que nasceu numa casa de taipa coberta com as folhas do babaçu, não muito diferente daquelas em que ainda vivem muitos índios mebêngôkre. Estudou engenharia no Recife e fez carreira no sistema elétrico brasileiro. Trabalhou na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, a Chesf, e fez amizades na empresa de energia do Maranhão. Com a chegada de José Sarney à Presidência, em 1985, foi trabalhar na Eletronorte.

Em seu escritório no Rio de Janeiro, em dezembro passado, ele anunciou com orgulho, em referência às obras projetadas para a bacia amazônica: "Todos esses projetos hoje af foram da minha passagem pela Eletronorte."

A prioridade para o Xingu, no final dos anos 80, ele disse, era construir duas grandes usinas: Kararaô, que grosso modo equivale à atual Belo Monte, e Babaquara, uma geradora que reteria grande quantidade de água ao sul de Altamira, o suficiente para alimentar, com grande aproveitamento, suas próprias turbinas e também as de Kararaô. Somados, os

reservatórios das duas hidrelétricas inundariam uma área de quase 18 mil quilômetros quadrados. No projeto atual, o lago de Belo Monte terá uma superfície de cerca de 500 quilômetros quadrados.

Foi o suficiente para alarmar os caiapós. No final de 1988, procuraram dom Erwin Kräutler, um antigo aliado que fala mebêngôkre com desenvoltura. Queriam organizar, às pressas, um grande encontro de repúdio às hidrelétricas. Dom Erwin tentou argumentar que era impossível, que o tempo era curto, mas eles insistiram. Com o apoio da Igreja Católica e de entidades ambientalistas, o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, descrito por Cesar Gordon como "uma espécie de clímax das mobilizações dos anos 80", teve início no dia 20 de fevereiro de 1989.

As atenções mundiais já haviam se voltado para a Amazônia em dezembro de 1988, após a morte do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado com um tiro de escopeta, em Xapuri, no Acre. Cerca de mil índios e uma centena de jornalistas, com grande presença da imprensa internacional, se reuniram semanas depois em Altamira para os debates e as manifestações do encontro indígena, realizado num velho ginásio da cidade.

Para abrigar quem se deslocava até a região, uma chácara da Igreja foi cedida por dom Erwin, e lá se montou um gigantesco acampamento. O líder indígena Marcos Terena ajudava na organização do encontro. "Ecologistas do mundo todo foram para lá", contou Terena. "A ideia era defender o rio Xingu. Acontece que os caiapós têm o costume de carregar tartaruga amarrada, uma embaixo da outra. Na primeira noite do acampamento, eles chegaram com essas tartarugas empilhadas na cabeça. Quando você olha por trás, parece um cocar de tartarugas. Os ecologistas europeus, entusiasmados, aplaudiram a entrada deles, aquela interação dos caiapós com a natureza."

Quando a noite chegou, Terena se lembra, fizeram uma fogueira. "Os índios chamaram os ecologistas para conversar. Enquanto falavam, eles tiravam uma tartaruga da pilha e jogavam, ainda viva, no fogo. Os europeus reagiram: 'Mas o que é isso? O índio está matando a tartaruga!' Os caiapós, sem entender, responderam: 'Mas é a nossa comida, pô.'"

José Antonio Muniz Lopes, então diretor de planejamento da Eletronorte, foi convidado a participar do encontro. No segundo dia de atividades, diante de centenas de índios, muitos armados com facões e bordunas, ele deveria explicar as razões do governo para erguer uma barragem no rio Xingu. O funcionário da Eletronorte tinha ao menos uma notícia que, acreditava, seria bem recebida pelos caiapós. Apenas uma usina deveria ser construída, e seu nome, Kararaô, considerado ofensivo por ser uma palavra indígena aplicada a um projeto indesejado dos brancos, seria substituído por Belo Monte.

"Era um ginásio velho, cheio de gente. A temperatura estava alta. Eu falava, e o Paulinho Payakã traduzia o que eu estava dizendo. Alguns homens e mulheres iam até a mesa e batiam no meu peito. Encostavam a borduna em mim. Mas antropólogos que eu conhecia me haviam dito para segurar firme, e eu segurei."

No meio da confusão de vozes e gente, o engenheiro não percebeu quando uma índia caiapó, chamada Tuíra, se levantou no meio da multidão e caminhou até a mesa. "Eu não vi que ela tinha um facão na mão", contou. A lâmina roçou seu rosto e o metal empurrou as bochechas dos dois lados da cabeça, como se ele estivesse na cadeira de um barbeiro munido de uma navalha gigante. Muniz Lopes permaneceu imóvel, paralisado. "Não senti medo", ele me disse em dezembro, 24 anos depois do episódio.

A ameaça de Tuíra foi traduzida em palavras por Raoni, no último dia do encontro. "Se o chefe de vocês", ele disse, "o Sarney, continuar com o plano de fazer barragem, eu vou fazer guerra contra ele."

Ambientalistas creditam ao encontro e à pressão internacional ao menos parte da responsabilidade pela suspensão do projeto de Belo Monte na década seguinte. Paulinho Payakã havia viajado a Washington, antes do congresso de Altamira, para se encontrar com diretores-executivos do Banco Mundial. Àquela altura, organizações norte-americanas e europeias já vinham pressionando os órgãos de assistência multilateral por causa dos impactos sociais e ambientais dos projetos que financiavam.

Muniz Lopes reconhece que uma linha de crédito do Banco Mundial para o setor elétrico foi interrompida nessa época. Mas afirma que as obras não foram adiante, naquele momento,

porque o país estava quebrado. "Não havia mais recursos. Parou tudo. O setor elétrico também quebrou."

O próprio Muniz Lopes foi embora. "No governo Collor, eu saí; quando voltei, no governo Fernando Henrique, em 1996, para ser presidente da Eletronorte, eu retomei os estudos de Belo Monte." Mas a falta de investimentos na geração de energia perdurou, com o resultado conhecido do apagão e do racionamento de energia em 2001.

Com a vitória de Lula, o engenheiro maranhense mais uma vez ficou aliado de cargos na máquina estatal. Foi vender seus serviços na iniciativa privada. "Eu fui contratado por empresas brasileiras que se uniram e me ofereceram para continuar trabalhando, para ver se Belo Monte não morria. Fui morar em São Paulo e fazer um trabalho de catequese. Chamava-se Consórcio Brasil." Desse consórcio, declarou Muniz Lopes, faziam parte grandes empreiteiras, como Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez.

"A ideia é que eu trabalhasse para mostrar que a usina era boa. Passei cinco anos fazendo esse trabalho. No Congresso, nas universidades. Nesse ínterim eu convenci a Camargo Corrêa a retomar os estudos de Tapajós, que estavam parados. Foi daí que surgiu a ideia das usinas no Tapajós."

Em 2008, Muniz Lopes voltou ao governo, desta vez para ocupar o cargo mais alto de sua carreira, a presidência da Eletrobras – que pouco depois viria a se tornar a maior acionista individual do consórcio vencedor do leilão de Belo Monte, a Norte Energia. Somadas as participações da Eletrobras e de suas subsidiárias Chesf e Eletronorte, a companhia controlada pelo governo detém 49,98% da empresa que administrará a geradora no Xingu. Outros 20% pertencem aos fundos de pensão ligados à Petróbras e à Caixa Econômica Federal.

GALETO'S RESTAURANTES
DELICIOSOS GRELHADOS EXCLUSIVOS PARA O SEU PEDIDO
Brasília - Ribeirão Preto - Rio de Janeiro - São Paulo
www.galeto.com.br

ANEXO B – NOCAUTEADOS PELA LÓGICA

Ambiente



NOCAUTEAD

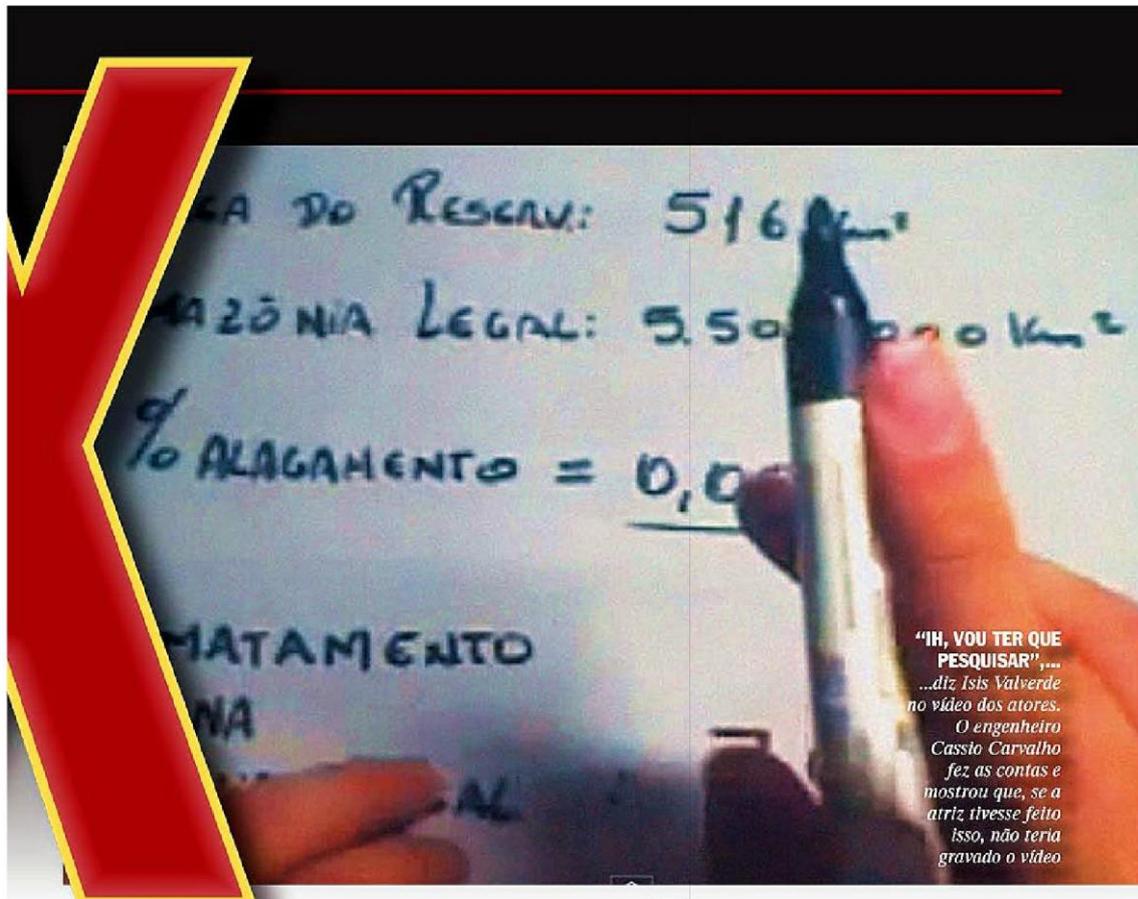
Ao propagarem a desinformação em vídeo sobre a usina de Belo Monte, atores viram piada na web. Mas o papelão rendeu boas lições

ANDRÉ ELER E LAURA DINIZ

“Você já ouviu falar da hidrelétrica de Belo Monte?” A pergunta, feita pela encantadora atriz Juliana Paes, foi ouvida 3,2 milhões de vezes nas últimas duas semanas. Ela abre um vídeo com cinco minutos de duração em que dezenove atores e atrizes do elenco da Rede Globo se revezam para discutir a construção de Belo Monte, a usina que está sendo erguida no Rio Xingu, no interior do Pará. Não é um assunto propriamente eletrizante nem algo que pareça capaz de arrebatá-lo ao público majoritariamente jovem da in-

ternet. Mas a popularidade dos atores, somada a uma peculiaridade do filme — o flagrante desconhecimento que seus protagonistas demonstraram sobre o assunto —, acabou por transformar o vídeo em um marco da internet brasileira. Se a disseminação do conhecimento é a mola propulsora da humanidade, a propagação da ignorância às vezes também funciona.

Foi o que aconteceu diante da tagarelice bem intencionada dos atores. Aos espectadores com um mínimo de familiaridade com o tema, as falas alarmistas em defesa “dos índios, dos rios e da Floresta Amazônica” soaram ingênuas



“IH, VOU TER QUE PESQUISAR”,...
...diz Isis Valverde no vídeo dos atores. O engenheiro Cassio Carvalho fez as contas e mostrou que, se a atriz tivesse feito isso, não teria gravado o vídeo

OS PELA LÓGICA

e equivocadas, quando não francamente constrangedoras — como no momento em que um dos atores confunde o Pará com Mato Grosso e outra afirma que hidrelétricas não produzem energia limpa. Esse desfile de desinformação incomodou outra turma, aquela que usa a cabeça também para pensar. Foi assim que o vídeo dos atores rendeu outros três sobre o mesmo tema, feitos por universitários que aprenderam ser a lógica o melhor balizador de opiniões. Muni-dos dessa ferramenta, os estudantes levaram a nocaute os atores, ou melhor, as “celebridades” — essa categoria “superconectada com esses assuntos de

ecologia”, como ironizou o humorista Rafinha Bastos, outro que se juntou à turma da razão em feliz imitação, também em vídeo, de celebridade-desmiolada-que-abraça-qualquer-causa-politicamente-correta, mesmo sem ter a mais pálida ideia do que se trata.

Os vídeos dos estudantes, ao contrário do filme dos atores, foram precedidos por pesquisas e trazem cálculos e informações hidrológicas e geográficas que ajudam a entender o que é Belo Monte e quais são as suas implicações. Completos e exatos, colocados no ar na internet na hora certa, os vídeos podem até levantar a suspeita de ter sido patrocinados

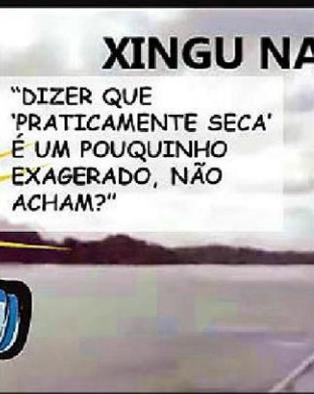
pelos maiores defensores da usina, o governo e as suas construtoras. Não existe, porém, nenhum indício de que os estudantes não tenham reagido espontaneamente à baboseira dos artistas globais. O primeiro vídeo foi feito por Cassio Carvalho, um engenheiro de 25 anos que vive em Brasília. Na ponta de uma caneta hidrográfica, ele mostrou que o impacto ambiental da construção de Belo Monte que vem sendo alardeado é um exagero. Gravou seus cálculos, como em uma aula, e postou a sequência no YouTube. Em seguida, alunos de engenharia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de São Paulo, entraram na

 O QUE ELE DISSEMarcos
Palmeira,
ator

SE NÃO FIZER A
HIDRELÉTRICA DE BELO
MONTE, NÃO VAI TER ENERGIA.
SE NÃO TIVER ENERGIA,
COMO É QUE EU VOU VER
TELEVISÃO PRA ASSISTIR
MINHA NOVELA?

 COMO ELE FOI NOCAUTEADOEstudante
da UnB O QUE ELA DISSEElizângela,
atriz

DURANTE OITO
MESES DO ANO,
AQUELA REGIÃO
PRATICAMENTE
SECA.

 COMO ELA FOI NOCAUTEADA**XINGU NA**

"DIZER QUE
'PRATICAMENTE SECA'
É UM POUQUINHO
EXAGERADO, NÃO
ACHAM?"

 O QUE ELA DISSEClaudia
Ohana,
atriz

QUEM SE IMPORTA
SE OS ÍNDIOS NÃO
VÃO TER ONDE
MORAR?

 COMO ELA FOI NOCAUTEADA

EU ME IMPORTO.
FOI POR ISSO QUE
PESQUISEI E DESCOBRI
QUE NENHUMA DAS DEZ
TERRAS INDÍGENAS DA
REGIÃO SERÁ
ALAGADA.





discussão. “Quando vimos tantas informações erradas divulgadas por atores famosos, ficamos assustados. As pessoas confiam neles. Fizemos o vídeo para esclarecê-las”, diz a estudante Roberta Valezio, de 19 anos, que participou da gravação da Unicamp. Outra turma de engenharia, desta vez da Universidade de Brasília (UnB), fez o mesmo. Somados, o vídeo dos atores e as respostas a ele alcançaram 4,3 milhões de visualizações em quinze dias. Para efeito de comparação, registre-se que o hit humorístico *Tapa na Pantera* (2006), um dos maiores sucessos da internet brasileira, foi visto até hoje 7 milhões de vezes. Com a fundamental diferença de que se tratava de uma deliciosa e rematada bobagem, feita (propositadamente) para provocar risos. A série de filmes sobre Belo Monte é de outra natureza: trata-se de uma discussão de interesse público — e que foi reconhecida como tal pelos frequentadores da rede, como mostra o impressionante número de acessos aos vídeos. “O que aconteceu é algo totalmente inédito no Brasil”, afirma Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas. A internet já havia servido de palco para um debate nacional em 2010, quando 2 milhões de pessoas assinaram a petição da Lei da Ficha Limpa. Neste ano, nova mobilização na rede ajudou a divulgar o Movimento contra a Corrupção, que levou milhares de brasileiros às ruas. A diferença é que, naqueles casos, havia um consenso em torno do tema. Desta vez, o que ocorreu foi um debate. “Foi a primeira vez que pessoas se reuniram na internet para discutir um assunto controverso e de relevância nacional”, diz Daniel Domeneghetti, fundador do E-Consulting Group, empresa líder em estratégia de comunicação pela internet.

Ao se consolidar, a discussão sobre Belo Monte passou a girar em torno de três eixos: 1) A usina é necessária? 2) Há alternativas melhores do que ela? 3) Qual será o real impacto de sua construção? Cálculos simples deixam claro que a res-

O QUE ELA DISSE

Ingrid Guimarães,
atriz

ABAIXO DA BARRAGEM, O RIO BANHA O PARQUE NACIONAL DO XINGU.



COMO ELA FOI NOCAUTEADA

Estudante da Unicamp

NA VERDADE, NOSSO BELÍSSIMO PARQUE DO XINGU LOCALIZA-SE NO ESTADO DE MATO GROSSO. MIL QUILOMETROS RIO ACIMA DA REPRESA, E NÃO ABAIXO.

O QUE ELA DISSE

Maitê Proença,
atriz



DE ONDE TIRARAM ESSA IDEIA DE QUE HIDRELÉTRICA É ENERGIA LIMPA?

COMO ELA FOI NOCAUTEADA



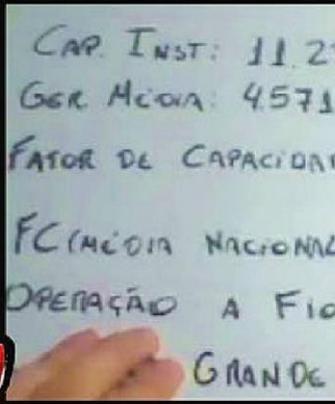
O QUE ELE DISSE

Sergio Marone,
ator

DE QUE ADIANTA CONSTRUIR A TERCEIRA MAIOR HIDRELÉTRICA DO MUNDO SE ELA SÓ VAI PRODUZIR, DE FATO, UM TERÇO DE SUA CAPACIDADE?



COMO ELE FOI NOCAUTEADO



CAP. INST: 11.23
GER. MÉDIA: 4571
FATOR DE CAPACIDADE
FC MÉDIA NACIONAL
OPERAÇÃO A FIO
GRANDE



ENERGIA HIDRELÉTRICA É ENERGIA LIMPA. VAMOS VER A USINA COMO UMA FÁBRICA: ELA USA ÁGUA COMO MATÉRIA-PRIMA. MAS É COMO RESÍDUO? ÁGUA. SAI TÃO LIMPA QUANTO ENTROU. A DIFERENÇA É QUE ELA ENTRA EM UM LUGAR ALTO, USA SUA ENERGIA PARA MOVIMENTAR AS TURBINAS E SAI EM UM LUGAR BAIXO. SAI A MESMÍSSIMA ÁGUA, DO JEITO QUE ENTROU.

Estudante da Unicamp



"O Brasil está numa posição ideal, pois tem a possibilidade de aumentar sua capacidade hidrelétrica. É um absurdo a existência de ambientalistas que são contra hidrelétricas."

Patrick Moore, fundador do Greenpeace, citado pelos estudantes da UnB

GREENPEACE

A CAPACIDADE INSTALADA DE BELO MONTE É DE 11 233 MEGAWATTS. NA MÉDIA DO ANO, ELA VAI PRODUZIR 4 571 MEGAWATTS. DIVIDINDO A GERAÇÃO MÉDIA PELA CAPACIDADE INSTALADA, NÓS OBTÊMOS O FATOR DE CAPACIDADE: 0,41. A MÉDIA NACIONAL DAS HIDRELÉTRICAS É 0,52. ENTÃO BELO MONTE NÃO É NENHUM ABSURDO. E TAMBÉM NÃO É 30%, COMO ESTÃO FALANDO.

Parece pouco?

4 571 megawatts = 40% do consumo residencial brasileiro

Fonte: Ministério de Minas e Energia

posta à primeira questão é um peremptório sim. Sem novas fontes de energia, o Brasil não poderá crescer 5% ao ano na próxima década, como prevê o governo e esperam os brasileiros. Diz o economista e ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega: "A humanidade passou quase 3 000 anos com renda e expectativa de vida estagnadas. Três fatores mudaram esse cenário: o fortalecimento das instituições, o avanço da ciência e o aumento na produção de energia. Um mundo sem energia é um mundo de trevas". Sob esse aspecto, Belo Monte é um gigantesco farol: terá potência média de 4 571 megawatts — o suficiente para prover 40% de todo o consumo residencial do Brasil. No país, só Itaipu produz mais energia.

Quanto à segunda questão, a que trata da possibilidade de fontes alternativas, a resposta é simples: a energia produzida pelas águas dos rios amazônicos é hoje a mais limpa e mais barata das opções. "Países desenvolvidos usaram todo o seu potencial hidráulico e só depois buscaram outras fontes. No Brasil, usamos apenas um terço do que podemos", diz Maurício Tomalsquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). As outras fontes, ou são mais poluentes, como o carvão, ou mais caras, como a energia solar. "Para instalar painéis capazes de captar a mesma energia que será produzida em Belo Monte, seria preciso investir 274 bilhões de reais — dez vezes o custo da usina", diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura. A energia eólica é uma aposta mais realista para o futuro. Na última década, o seu custo de produção caiu pela metade. Hoje, ela ainda é mais cara do que a hidrelétrica, mas deve tornar-se competitiva assim que condições técnicas e financeiras possibilitarem a ampliação da sua escala de produção. As hélices, porém, exigem condições de vento muito favoráveis, só encontradas em alguns pontos geográficos, e nunca serão a única fonte de energia de um país, pois o regime de ventos é incontrolável.

Qual será o real impacto de Belo Monte? É risível a argumentação de que

O QUE ELE DISSE

Eriberto Leão, ator

COMO ELE FOI NOCAUTEADO

A USINA DE BELO MONTE VAI ALAGAR, INUNDAR, DESTRUIR 640 km² DE FLORESTA AMAZÔNICA.

O PROJETO PREVÊ A CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE 502,8 km², DOS QUAIS 228 JÁ SÃO O LEITO DO PRÓPRIO RIO.

É POSSÍVEL CRIAR OUTRAS ALTERNATIVAS PARA SE GERAR ENERGIA. ENERGIA EÓLICA. ENERGIA SOLAR.

502,8 km² (Não 640!)

Estudante da Unicamp

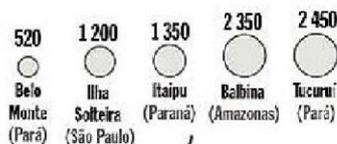
Estudante da UnB

ENERGIA EÓLICA E SOLAR TAMBÉM TÊM SUAS DESVANTAGENS, AS DUAS SÃO CARÍSSIMAS.

Mais energia, com menos devastação

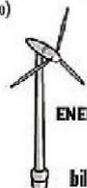
A área que será alagada para a formação do reservatório de Belo Monte é pequena em comparação à de outras hidrelétricas brasileiras — e representa menos de 0,3% do que foi devastado na Amazônia por madeireiros na última década

Área alagada — em quilômetros quadrados



Quanto custaria?

A usina de Belo Monte está orçada em 25 bilhões de reais. Quanto seria preciso investir para produzir a mesma quantidade de energia com fontes alternativas?



ENERGIA EÓLICA
41 bilhões de reais



ENERGIA SOLAR
274 bilhões de reais

Fontes: Eletrobras e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Centro Brasileiro de Infraestrutura

as tribos indígenas da região serão “arrancadas como uma mandioca da terra”, como disse o ator Sérgio Marone, que escreveu o roteiro do vídeo dos atores com base em informações fornecidas por uma ONG. Primeiro porque nenhum dos 2 200 índios da região vive na área a ser alagada. Aliás, eles estão satisfeitos com a obra. “A usina vai melhorar a nossa vida”, disse a VEJA o cacique Manuel Juruna, de 68 anos. “Ela vai trazer mais progresso para nossa aldeia.”

Quase metade da área de 520 quilômetros quadrados a ser inundada por Belo Monte faz parte do próprio leito do rio. A outra metade é coberta por pasto, lavouras de cacau e mata nativa. Ainda assim, será inevitável a remoção de famílias que vivem na periferia de Altamira, às margens do Rio Xingu — e em condições que em nada lembram o cenário idílico das novelas. As casas da região, equilibradas sobre palafitas, não têm saneamento básico. A água usada e os dejetos que os moradores produzem vertem de canos de PVC diretamente no Rio Xingu. Num desses trechos, na semana passada, a dona de casa Sandra Cardoso de Lima lavava a louça e limpava um peixe, com metade do tronco submerso no rio. Perto dali, outras mulheres faziam o mesmo, rodeadas por crianças que brincavam em meio aos dejetos despejados pela vizinhança. “Não sei ainda onde vão me botar, mas sei que a nossa vida vai melhorar”, diz Sandra.

A reação via internet dos estudantes que sabem fazer contas é um fenômeno que já produziu boas lições. Uma delas é lembrada pelo filósofo Denis Rosenfield: “Na internet, cada vez mais, quem fala sem saber o que está dizendo fica sujeito a ser desmentido rapidamente”. Outra é que o ambiente virtual não altera uma lei que sempre vigorou no mundo físico: à luz da razão, não há sombra que consiga se fazer passar por realidade — nem quando envolvida pelo talento de bons atores e atrizes.

COM REPORTAGEM DE KALLEO COURA, JULIA CARVALHO E JÚLIA DE MEDEIROS